



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO DONATO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/07/2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública virtual da Comissão, do ano de 2020; 2ª ao PL 252/2020, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020, LDO.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios on-line, Auditório Virtual.

Está audiência está sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 26 de junho de 2020. Foi publicada nos jornais *O Estado de S.Paulo*, no dia 03 de julho e *Folha de S.Paulo*, no dia 18 de julho.

As inscrições para o pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Foram convidados para esta audiência pública o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Philippe Duchateau, que será representado pelo Subsecretário do Orçamento, Sr. Vicente Affonso Oliveira Calvo e pelo funcionário da Secretaria, Sr. Reinaldo Santinho Bueno de Souza; Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Sr. João Antonio da Silva Filho, que indicou como seu representante, o Sr. Marcos Thulyo Tavares; Dra. Marina Magro Beringhs Martinez, Procuradora Geral do Município de São Paulo; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Procederemos da seguinte forma, uma apresentação do representante do Secretário da Fazenda, Sr. Vicente Affonso Oliveira Calvo. Em seguida os comentários dos Srs. Marcos Thulyo Tavares, pelo Tribunal de Contas, Dra. Marina Magro Beringhs, da PGM; Vereador Ricardo Nunes, Relator da LDO e depois vamos intercalando as falas dos Vereadores e dos inscritos para a audiência pública, para que possamos contemplar e ouvir a todos.

Registro a presença do Vereador Claudio Fonseca nesta audiência pública.

Passo a palavra ao representante do Secretário de Finanças, Sr. Vicente Affonso Oliveira Calvo, para sua apresentação.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Bom dia a todos, Presidente, demais Vereadores presentes, integrantes da sociedade civil e diversos movimentos presentes nesta audiência.

Vou fazer uma breve apresentação a respeito do projeto de lei de diretrizes orçamentárias. Essa é uma apresentação feita inicialmente na primeira audiência pública. Em seguida, vou fazer uma segunda apresentação com as alterações que foram realizadas entre esse primeiro momento e as alterações que apresentamos no dia 09 de julho, encaminhadas ao gabinete do Vereador Ricardo Nunes, Relator desse projeto de lei.

Vou compartilhar a apresentação aqui.

- O orador passa a referir-se às imagens compartilhadas.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Peço um minuto. Estou com uma dificuldade técnica de colocar o arquivo no local correto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato - PT) – Aproveito para registrar a presença do Vereador Rodrigo Goulart, membro desta Comissão.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – O conteúdo da apresentação está aparecendo para os senhores e senhoras?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Está sim. Aparece não só o *slide*, mas a sua tela que não está no modo apresentação.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Sim. Não sei o que está acontecendo. Quando coloco o modo apresentação está sendo projetada a tela errada para os senhores. Mas se não tiverem nenhuma objeção...

A SRA. SONINHA FRANCINE – Melhor fazer assim.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Deixo com esse *zoom* maior e vou fazendo a explicação. Está visível?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Está.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Perfeito. A ideia é apresentar brevemente a estrutura do projeto de lei, as principais premissas utilizadas e quais são os

blocos que compõem a lei de diretrizes orçamentárias, até para facilitar o entendimento e acompanhamento entre quem não estava na primeira audiência. Ou mesmo por causa do tempo transcorrido entre a primeira audiência e esta.

Primeiramente com relação às premissas. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias tem uma premissa de transparência na gestão das finanças públicas do Município. O ajuste das bases fiscais requeridas para a sustentabilidade das contas públicas do exercício de 2020 e a garantia da participação popular na elaboração do orçamento, em 2021, por meio virtual em razão da pandemia do Covid-19.

Em relação ao ajuste das bases fiscais foi feita uma revisão com relação às metas fiscais e os resultados primário e nominal que por causa do estado de calamidade que foi decretado, o Executivo não teria a obrigação de cumprimento desses resultados. Trazemos por uma questão de transparência e de acompanhamento da situação das finanças públicas do Município, para um melhor entendimento tanto do Legislativo, como também dos demais participantes.

E a garantia da participação popular na elaboração do orçamento por causa dessa situação de pandemia e as recomendações de distanciamento social, o procedimento foi conduzido de forma inteiramente virtual, com a abertura de um *site*, para que todos os cidadãos pudessem fazer suas contribuições. Como antevíamos uma dificuldade em fazer uma audiência pública com volume de participantes que normalmente tem, considerando que há audiências que passam facilmente dos 150, 200 participantes.

Então optamos por fazer um resumo do conteúdo temático que normalmente é exposto pelo Executivo antes das audiências públicas. Então é a parte que antecede o momento de participação popular, e focar na questão das contribuições que normalmente é o ponto que, inclusive, consome mais tempo nas audiências. É justamente quando abrimos, ao final da audiência, para manifestação de cada um dos cidadãos que têm interesse em se manifestar.

Esse processo ficou aberto por duas semanas. Foi amplamente divulgado no *site*

da Prefeitura, nas demais mídias sociais. Isso ocorreu na última quinzena de maio, depois disso essas mais de três mil e quinhentas contribuições que foram feitas pelos munícipes nos mais diversos temas e para as mais diversas regiões, foram apresentadas para os conselhos participativos relacionados a cada Subprefeitura e a posterior priorização delas. Está aberta para votação na plataforma participe mais, para que todos os cidadãos possam fazer a votação e escolher dentre as propostas que foram priorizadas – foram 15 propostas por Subprefeitura – as cinco que consideram mais relevantes, urgentes ou importantes na visão deles.

Essas cinco propostas selecionadas para cada Subprefeitura serão encaminhadas por um rito diferenciado do que normalmente é feito. Então as três mil e quinhentas contribuições vão normalmente para as secretarias ou subprefeituras responsáveis pelo tema. Tem essa inovação que estamos trazendo para possibilitar uma análise mais aprofundada das demandas e das contribuições que os munícipes entendam que tenham maior prioridade. Esse processo terá início depois de amanhã quando será encerrada essa votação na plataforma. Encaminho o *link* para a Comissão assim que finalizarmos a audiência.

Depois disso passamos para uma etapa de encaminhamento e consolidação dessas contribuições para envio às secretarias e subprefeituras para que façam as análises de viabilidade, bem como a inclusão disso na proposta orçamentária para 2021.

Passando aqui para a estrutura, o projeto de lei da LDO tem uma estrutura composta por um primeiro capítulo que trata das disposições preliminares, em que temos uma descrição geral das partes integrantes do projeto de lei, como o anexo um de riscos fiscais; o anexo dois de metas fiscais e o anexo três de metas e prioridades.

No Capítulo II, temos as orientações gerais para a elaboração da proposta orçamentária. Os princípios, objetivos e conexões que a lei orçamentária tem com outras peças de planejamento e outras visões do orçamento municipal.

No Capítulo III, temos a estrutura e organização do orçamento, em que é detalhada a estrutura de cada seção do projeto de lei, a receita, a despesa, legislação e atribuição de cada órgão e a dívida pública.

Estou fazendo uma apresentação um pouco mais sumarizada para que depois possamos fazer a explicação das alterações feitas entre a primeira audiência e esta. E também para possibilitar que tenhamos tempo hábil para todas as contribuições e questionamentos que possam ser apresentados.

Continuando aqui na estrutura, o Capítulo IV trata das alterações na legislação tributária. Basicamente vai falar sobre o tratamento à renúncia de receita decorrente de incentivos fiscais que são anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, alterações de alíquota ou modificações de base de cálculo.

No Capítulo V tratamos das orientações relativas às despesas de pessoal e encargos. Então os cargos, estruturas das carreiras e a remuneração dos servidores.

No Capítulo VI são tratadas as orientações relativas à execução orçamentária. E aí trata, inclusive, da transferência de recursos às instituições privadas sem fins lucrativos, questões de contingenciamento e de emendas.

E o Capítulo VII traz as disposições gerais e são detalhadas as obrigações legais quanto ao cumprimento do orçamento e dos resultados, tanto nominal quanto primário.

Passando aqui para o anexo de riscos fiscais. O anexo de riscos fiscais busca mapear o que já existe e pelo princípio da transparência foi detalhado e quantificado nesse projeto de lei. São informações disponibilizadas à sociedade que estão divididas em riscos fiscais do cenário base. Então são riscos de variações nas receitas, nas despesas e/ou na dívida e riscos fiscais não relacionados ao cenário base, que são demandas judiciais, tanto da Administração Direta quanto indireta, os depósitos judiciais e os riscos inerentes às concessões e às parcerias público privadas, as PPPs.

Detalhando um pouco os riscos fiscais que estamos trazendo no anexo, os riscos de variações nas receitas decorrem de impactos na receita que podem vir de variações nas premissas econômicas – PIB, PIB de serviços, inflação, inadimplência e nível de atividade do mercado imobiliário.

Riscos de variações nas despesas tratam de impactos em outras despesas

correntes: despesas correntes e despesas totais, decorrentes de variação na inflação.

E, por fim, os riscos de variação na dívida, que tratam de impactos no saldo devedor e no resultado nominal da dívida pública, decorrente de variações nas variáveis macroeconômicas: inflação, juros e câmbio.

Em relação aos riscos fiscais não relacionados ao cenário-base, nós temos as demandas judiciais – demandas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, tanto a administração direta quanto a indireta –, que são mensuráveis, e cuja probabilidade de derrota seja possível. Nos depósitos judiciais são riscos decorrentes da possibilidade de devolução da parcela de 70% do valor dos depósitos – depósitos utilizados com base na Lei Complementar 181 de 2015. E os riscos de concessões e PPPs são exatamente esses riscos relacionados às receitas e às despesas públicas que estejam no bojo das concessões e das parcerias público-privadas.

Passando agora ao Anexo 2 – Metais Fiscais –, trazemos uma revisão das metas fiscais.

A principal informação a que nós precisaríamos nos atentar é a questão da receita total, das receitas primárias e das despesas primárias. Então trazemos o valor que foi fixado na LDO para o exercício de 2020. Aqui, os valores que foram estimados na LOA para 2020; e, aqui, as metas revistas, que estão sendo apresentadas nesse projeto de lei. Então observamos uma redução de cerca de seis bilhões e meio nas receitas totais, uma redução de cerca de seis bilhões nas receitas primárias e um acréscimo de cerca de um bilhão e meio nas despesas primárias.

Essas revisões foram realizadas com base nas projeções que tínhamos e que estão sendo realizadas pela Secretaria. Estamos trabalhando com uma queda significativa no resultado primário. Então, na LDO, nós tínhamos uma previsão de um resultado primário de 221 milhões. Para a LOA, esse valor foi ajustado para 615 milhões. E, agora, com a revisão desses valores, nós temos um resultado primário negativo em 6 bilhões e 700 milhões.

Significa dizer que estamos fazendo uso máximo de todas as possibilidades de

financiamento ou de disponibilidade de caixa, desvinculações de recursos permitidos pela Lei 17.335, de forma a manter o nível de gastos do município, e, com isso, possibilitar alguma forma de reforço e de ajuste para combate aos efeitos econômicos que estão sendo e serão ocasionados pela pandemia e pelos impactos tanto diretos quanto indiretos dessa situação de distanciamento social e de diminuição do consumo.

Em relação às variáveis macroeconômicas, os destaques que temos aqui são em relação ao PIB total. Aqui, estamos tratando dos três anos subsequentes. Então não estamos mais falando do exercício de 2020.

Para o PIB total, nós temos uma previsão de 2,5% mantida para os três anos. O IPCA tem uma previsão constante, ainda um pouco maior para 2021. A PGV, que é a Planta Geral de Valores, também tem uma previsão de aumento para 2022, e um (ininteligível) para 2023. O crescimento de cadastro do IPTU, que é decorrente da expansão da área urbana do Município; então passamos a ter uma área maior área em que se incide o IPTU, que está mantido em 0,7%. Estamos mantendo em 12,5% o percentual de inadimplência do IPTU. Em 2019, esse índice chegou mais próximo de 12. Mas agora temos verificado, em 2020, uma reaproximação a essa média história de 12,5. A perspectiva de pagamento à vista do IPTU, em torno de 21,5%, está mantida. A previsão é que continuemos tendo pagamento à vista de cerca de 21,5%. Por conta disso, também temos uma perspectiva mantida de desconto para o pagamento do IPTU à vista, na média de 3%.

Em relação à variação estimada do índice de participação do Município na distribuição do ICMS, observamos uma queda de menos de 1%. Essa queda se mantém nos três anos subsequentes. E isso decorre de dois movimentos. Um deles é de que os demais estados têm crescido relativamente mais do que o Estado de São Paulo, então isso diminui a participação do estado na distribuição do ICMS. E também dentro do Estado de São Paulo nós observamos cidades do interior com crescimento relativo maior do que os grandes centros, que reduz também a participação do Município no contexto estadual.

O crescimento da frota e a variação do preço dos imóveis são índices que também

estão mantidos. E estimamos que eles mantenham essa tendência para os próximos três anos.

Em relação às metas fiscais para as receitas, temos um ajuste. Quando observamos que, na receita total, o valor corrente é de 68 bilhões e 200 milhões. Se considerar que a lei orçamentária para esse ano foi com um orçamento de 68,9 bi, significa dizer que a revisão que nós estamos fazendo, a projeção apresentada nesse projeto de lei, significa dizer que, em 2021, nós chegaríamos a um volume de receitas ainda inferior ao inicialmente projetado para o exercício de 2020, impacto decorrente da pandemia.

Em relação às despesas, temos uma questão equilibrada entre despesa e receita, e a forma que o orçamento é composto. Então temos toda uma perspectiva de despesas que vão ser realizadas, entre despesas correntes e despesas de capital. No resultado primário, os valores estão aqui apresentados, detalhados em relação ao que nós tínhamos no último quadro. Uma breve correção aqui: o índice de participação do Município mencionado na questão do ICMS divide em relação à situação do Estado de São Paulo – a situação nos outros estados não afeta a distribuição para o município.

Resultado primário já foi abordado.

Resultado nominal: compreende o resultado primário acrescido dos juros, encargos e variações monetárias dos ativos e subtraído dos juros, encargos e variações monetárias passivos. Então isso leva a um resultado nominal primário da casa de 1,928 bilhões negativos para 2021, 574 milhões negativos para 2022 e 324 milhões negativos para 2023.

Em relação à dívida pública, nós temos uma perspectiva de aumento da expressividade da dívida consolidada líquida em relação à RCL para um montante de 66,85% para o exercício de 2021, decorrente das necessidades, impactos e previsões que estamos considerando em relação às projeções por conta da pandemia. E, a partir de 2022-23, nós observamos uma tendência de queda, passando a 60,2% da receita corrente líquida, em 2022; e 52,8% da receita corrente líquida para 2023.

Por fim, trazemos também as principais renúncias de receita para o Município, com base nas diversas legislações, normas e previsões que temos de isenção total ou parcial de

alguns tributos.

A principal renúncia, na verdade, não é exatamente uma renúncia. Mas como o Secretário apresentou na primeira audiência, ela trata de um potencial arrecadatório não exercido em relação ao ISS. Isso significa dizer que se todos os contribuintes de ISS para os quais hoje é cobrada uma alíquota que não chega aos 5%, que seria o teto, isso resultaria numa arrecadação 7 bilhões maior do que temos previsto. As razões para isso são diversas. Sabemos que tem um contexto também de impedimento de se tratar todas as alíquotas pelo teto, tanto por uma questão de eventual justiça fiscal que se faça em algumas situações como também da hipótese de, ao majorarmos algumas alíquotas, correremos o risco de que as empresas migrem para municípios próximos. Com isso, nós também teríamos uma perda. Mas esse é o valor integral, considerando uma aplicação uniforme de 5% na alíquota do ISS.

A segunda maior renúncia que nós temos é um potencial arrecadatório não exercido: é a concessão do regime especial das sociedades uniprofissionais. Então a perspectiva que temos aqui, uma sociedade uniprofissional, como, por exemplo, um consultório médico ou consultório de dentistas, ou uma firma de engenharia, ou um escritório de advocacia, são basicamente sociedades compostas por uma única profissão, como bem diz o nome. Ela está sujeita a um regime especial, baseado em lei federal. E tem uma lei municipal, de 2003, que fixa o valor sobre o qual vai incidir a alíquota do ISS por sócio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Vicente, um minuto.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Eu preciso informar: nós estamos com um problema técnico na nossa transmissão pelo portão da Câmara e pelo Youtube.

Enfim, eu quero consultar os membros da comissão, porque, na medida em que é uma audiência pública, e ela foi divulgado que seria pública, através dos canais da Câmara, e nós estamos com um problema na internet da Câmara, eu preciso consultar se nós vamos consultar com a audiência ou vai ter que remarcar-la, porque o problema não tem previsão de resolução no momento.

Vereador Ricardo Nunes, que se manifestou no nosso grupo de Whatsapp... porque é um problema da natureza da audiência.

O SR. MÁRIO – Vereador Donato, é o Mário que está falando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Mário é da nossa Assessoria.

Pode falar, Mário.

O SR. MÁRIO – Eu acabei de falar com o Flávio do portal: é um problema técnico na internet da Câmara. Está todo mundo lá. Estão tentando resolver. O Flávio falou que, na pior das hipóteses, se eles não conseguirem nem colocar a internet móvel, porque eles têm, ele falou que vai tentar gravar direto pela TV Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Mas consegue transmitir?

O SR. MÁRIO – Então, estão tentando lá. Ele disse que está todo mundo empenhado em resolver o problema técnico da internet da Câmara.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Uau. Díficil essa.

Quantos inscritos nós já teríamos na sala? Já tem o número de inscritos correspondente a uma previsão de duas horas para a audiência pública?

O SR. MÁRIO – Vereadora Soninha, o nosso número de inscritos fechou agora de manhã. Estava na casa de 52 inscritos. Entretanto, desses 52, alguns nós acreditamos que não participarão, porque muitos deles fizeram a inscrição na ocasião daquela audiência pública de educação. Nós batemos a casa de mais de 80 inscritos. Mas nós ligamos para todos. E com aqueles que nós conseguimos falar, não tinham interesse nessa audiência. Então nós acreditamos que uns 25 a 30% vão estar aí.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Porque, Vereadores, nós temos essa possibilidade de as pessoas que já se inscreveram e que estão na sala; é como se elas estivessem no nosso auditório do “plenarinho”. Para todas as outras, o importante é que seja dada ampla publicidade do que foi apresentado pelo Executivo e trazido como contribuição pela população.

Eu não sei se faz tanta diferença assim para a transparência do processo

participativo que seja transmissão ao vivo, porque não é essa participação agora, em tempo real, que é o decisivo, tanto para a transparência quanto para o processo participativo. Há uma ocasião de participação. Não sei se não poderíamos continuar com a audiência, com todos os registros feitos, tudo disponível na íntegra, depois, em vídeo, na forma de transcrição. Porque não é deliberativo, não saímos daqui com uma conclusão, é um espaço de apresentação e de escuta. Então não ser transmitido ao vivo não é decisivo para interferir na relevância, no resultado dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Mais algum Vereador da Comissão a se manifestar? (Pausa) Eu também sou favorável a que a gente prossiga os trabalhos e, caso a gente perceba qualquer prejuízo, aí, sim, marca uma nova audiência.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Eu acho que prejuízo maior a essa altura, Presidente, seria desmobilizar todo mundo que se inscreveu e que está presente para buscar uma outra hora. Eu acho que a gente perde menos se der sequência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Eu encaminho da seguinte forma: vamos continuar e, ao final, a gente vai ter o *feedback* e vai avaliar se é necessária outra audiência ou não, mas vamos concluir esta audiência. Pode ser assim? Então, vamos encaminhar.

Vicente tem a palavra, por favor, se você puder, a gente não quer que você perca conteúdo porque é muito importante a introdução do Executivo, mas se puder ter um pouco de agilidade para que a gente possa prosseguir e ouvir todos.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Obrigado, Presidente. Vou retomar então.

Eu estava tratando da questão das renúncias. Então, para adiantar um pouco tem essa isenção referente às sociedades profissionais. Eu acho que o Secretário mais do que detalhou qual é o impacto disso, de que forma o cálculo afeta, de forma desigual o benefício que está sendo concedido em relação à base de beneficiados por esse benefício – aqui é basicamente o ISS.

As próximas quatro isenções tratam do IPTU. Então, temos uma isenção do IPTU

por valor venal, que são imóveis ou terrenos que, por conta do valor venal, são integralmente isentos de IPTU, então, é a gratuidade. Temos a isenção parcial do IPTU por valor venal, então, dependendo do valor de venda do imóvel ou do terreno, ele tem uma concessão de desconto no valor que seria pago.

Temos um potencial arrecadatório não exercido por conta da limitação anual de reajustes, decorrente da correção dos valores metro quadrado na PGV. Então, basicamente, a Planta Genérica de Valores ficou com valor defasado por um bom tempo, quando foi atualizado – que foi o entendimento que se teve – seria problemático fazer o reajuste do IPTU de forma imediata e integral, então, foi limitado um reajuste anual, com travas.

Então, a previsão de arrecadação que não vai ser realizada por conta dessas travas que impediram o reajuste no limite do valor que foi apresentada a PGV de 369 milhões, e a isenção total ou parcial do IPTU para aposentados.

Essas quatro isenções tratam do IPTU, a isenção de ISS para profissionais liberais e autônomos, que é uma previsão de 150 milhões, por fim, o potencial arrecadatório não exercido pela instituição do PIME, Programa de Incentivo à Manutenção de Emprego, no valor de 146 milhões. O valor total em renúncias previsto no Projeto de Lei da LDO é de 14 bi e 400.

Esse foi, basicamente, o teor da apresentação que foi feita na primeira audiência pública. Fiz alguns comentários a menos do que o Secretário apresentou da última vez, por uma questão de tempo e, também, de aprofundamento do assunto.

Vou passar agora, se vocês permitirem, às alterações ao projeto de lei encaminhadas ao gabinete do Vereador Ricardo Nunes, Relator do projeto de lei, no início do mês de julho, com base em alguns ajustes que foram identificados.

Só um minuto que vou trocar a apresentação. (Pausa)

Vou apresentar, brevemente, as alterações que a gente submeteu ao projeto de lei. Vou contextualizar das razões dessas alterações. Em seguida, devolvo a palavra à Presidência.

Então, são cinco alterações que estamos realizando no texto do projeto de lei.

Uma alteração no artigo 35, no artigo 39 e uma em cada anexo. A alteração do artigo 35 é simples. Estamos fazendo só uma correção. Onde constou que seria uma questão que seria definida na LOA 2020, na verdade, será definida na LOA 2021. Um problema de atualização da versão do projeto de lei. No artigo 39 – esse foi um apontamento feito pelo Tribunal de Contas, no relatório de auditoria a respeito do projeto de lei e, também, depois apontado pela própria equipe técnica da Câmara de que o artigo não estava claro.

Nesse sentido, as alterações estão em vermelho, são inclusões que foram feitas de forma a deixar o artigo melhor compreendido. Então, basicamente, passamos para o artigo 39 que diz: “para fins de avaliação do atendimento das metas de resultado primário e nominal, nos exercícios de 2020 e 2021, serão desconsiderados para efeitos de pagamentos precatórios judiciais, os recursos de depósitos de terceiros levantados na forma do artigo 101, §2, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ADCT”, incluído um parágrafo único: “a autorização do *caput* deste artigo não implica em alteração da forma de cálculo dos resultados primários e nominais, devendo o Poder Executivo demonstrar os efeitos desses pagamentos em nota explicativa”.

Em seguida, temos uma alteração no Anexo de Riscos Fiscais. Esse era o quadro inicial, e, aqui, um novo quadro. Foi um ajuste em relação ao somatório dos riscos relacionados. Apresentamos, inicialmente, um somatório de 12 bi, 743 milhões, e o que estamos passando agora é para o valor adequado de 14 bi, 105.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Não consigo enxergar nada, Vicente. Tem como dar um *zoom* na tela?

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Melhorou?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Dá para enxergar. Obrigada.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Está melhor?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Sim, o computador está legível.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Basicamente, passamos esse valor de 12 bi, 743 para 14 bi, 105. Essa foi uma questão de somatório, tinha sido omitido da

soma uma ação de 1 bi e 200 e uma ação de 207 milhões, que tinham ficado fora do somatório inicial e tinha sido duplicada a inclusão de uma ação no valor de 45 milhões. Essa diferença de 1 bi, 362 milhões entre o valor originalmente apresentado e o valor decorre dessas três ações.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vamos ter uma apresentação da PGM sobre as ações, não é? Que o Vereador Ricardo Nunes tinha solicitado. Só para saber se eu pergunto agora qual foi essa de 1 bi que tínhamos esquecido antes.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Eu acho que podemos abordar tudo junto no final. Conforme for necessário, a PGM se manifesta de uma forma sintética ou entrando especificamente em cada ponto que vocês levantarem. Pode ser dessa forma?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Pode. Obrigada.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Por nada.

A próxima alteração foi feita no Anexo II de Metas Fiscais que decorreu do enquadramento incorreto no valor referente a precatórios. Então, é uma operação de crédito para o pagamento de precatórios. A diferença está aqui nesses 6 bi em investimentos. Desses 6 bilhões, 2,5 bi são relativos a uma operação de crédito para o pagamento de precatórios. O que está sendo feito aqui é ajustando o enquadramento dessa despesa de acordo com o grupo ao qual ela pertence. Então o que foi feito aqui: suprimimos 2 bilhões, 320 milhões de investimentos...

O SR. MÁRIO – É o Mário, da Comissão de Finanças da Câmara. Só para informar a quem está assistindo, os Vereadores e todos, que já está normalizada a internet.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Oba, obrigada, Mário.

O SR. MÁRIO – E a íntegra da audiência vai ficar disponível tanto no Youtube quanto no *site* da Câmara, depois para consulta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Mário.

O SR. MÁRIO – Por nada.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Perfeito.

Como eu estava dizendo, foi reduzido em 2 bi 320 milhões a despesa de capital e

investimentos. Eles foram distribuídos num acréscimo em 2 bi em pessoal e encargos e no acréscimo de 320 milhões em outras despesas correntes. Então, basicamente o que foi feito foi remanejar o valor dessa operação de crédito para ficar de acordo com as despesas dos grupos que elas vão custear.

Por fim, teve uma alteração no Anexo de Metas e Prioridades. Foi constatado um erro de digitação. Então, onde antes constava que a prioridade era a implantação de 47 quilômetros de infraestrutura cicloviária, na verdade, o valor correto dessa meta física está em 147 quilômetros de infraestrutura cicloviária. Tinha faltado a centena.

São essas as alterações que a gente submeteu ao gabinete do Vereador Ricardo Nunes.

E com isso, eu encerro a minha fala.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vicente.

Passo a palavra para o representante do Tribunal de Contas, Sr. Thulyo, para seus comentários.

O SR. MARCOS THULYO TAVARES – Bom dia a todos. Cumprimento o Presidente, os Vereadores, representantes da Secretaria da Fazenda e os munícipes que nos acompanham hoje nesta audiência.

O relatório de auditoria do Tribunal de Contas referente ao PLDO de 2021 foi encaminhado à Secretaria da Fazenda e a esta comissão no mês passado. Nele foram apontadas 12 infringências e 8 oportunidades de melhoria. Também chegou, ontem, a resposta da SF aos nossos apontamentos. Alguns apontamentos foram acatados pela origem e serão alterados no PLDO, conforme detalhou o Vicente na apresentação anterior, e outros foram trazidos argumentos defendendo o posicionamento da SF acerca de cada um dos temas.

O objetivo do trabalho do Tribunal de Contas com relação ao PLDO é justamente esse: melhorar o projeto de lei de forma concomitante, ou seja, antes do projeto virar lei. Iremos analisar cada um dos apontamentos e a defesa da SF nos autos do processo do Tribunal de

Contas.

Também gostaria de fazer algum comentário neste momento: primeiro, sobre as recomendações de melhoria, as quais foram baseadas nas boas práticas. Como referência, por exemplo, podemos citar quando comparamos o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município com o PLDO da União. Apesar de não ser um aspecto legal exigido, as recomendações apresentam boas práticas as serem utilizadas pela Prefeitura para fins de transparência e, também, de melhoria da qualidade do Projeto de Lei.

Segundo, identificamos que alguns apontamentos poderiam ser sanados desde que sejam incluídos no PLDO as justificativas e os seus detalhamentos.

Terceiro, como fato superveniente e com relação à primeira audiência pública, gostaria de mencionar que o § 9º do artigo 138 da Lei Orgânica do Município prevê que o PLDO será votado e remetido à sanção do Prefeito até 30 de junho de cada ano. Hoje, nós estamos no dia 22 de julho. Então, a menos que esse prazo tenha sido, excepcionalmente, prorrogado pelo legislativo, constata-se uma infringência para o Relatório Anual de Fiscalização das Contas de 2021.

É importante ressaltar, ainda, que, conforme previsto na Lei Complementar 173, de 2020, a suspensão do pagamento da dívida do Município com a União, em decorrência da pandemia, não exime o pagamento futuro das obrigações. Isso é o decorrente reflexo negativo na administração financeira nos próximos exercícios. E que a transferência de recursos do Governo Federal implica em restrições de despesas municipais, notadamente a proibição de aumentos do funcionalismo público até dezembro de 2021.

Esses efeitos afetarão as projeções para receitas e despesas constantes do PLDO 2021. Cumpre frisar aqui a recomendação, então, do Tribunal de Contas de que todas as metas fiscais sejam revistas e divulgadas, de forma sistemática, ao longo de todo o exercício, considerando a evolução dos parâmetros macroeconômicos e a realização das receitas e despesas nesse período, inclusive quando do envio do projeto de lei orçamentária anual, no segundo semestre.

Agora, eu gostaria de falar um pouco sobre a questão das fontes de recursos no Município. Atualmente, há cerca de 13 fontes de recursos utilizadas pela Prefeitura. É um número insuficiente para a quantidade de vinculações de recursos, demonstrando a deficiência que isso traz no rastreamento da aplicação desses recursos, como estamos, agora, vivenciando com a Covid-19. Então, a baixa transparência da Prefeitura é notória e isso se deve, em grande parte, à ausência de fontes de recursos específicos.

Dois dias atrás, na segunda-feira, dia 20 de julho, a STM, Secretaria do Tesouro Nacional, publicou a Portaria nº 394, de 2020, que estabeleceu um rol mínimo de fontes de recursos a ser observado na Federação para a identificação dos recursos de natureza federal, vinculados a ações e serviços públicos de saúde, repassados para o enfrentamento da Covid-19.

Então, essa portaria vai para estados e municípios. Conseqüentemente, as fontes deverão possibilitar o rastreamento das despesas custeadas com recursos dessa natureza, visando viabilizar o seu monitoramento, avaliação, fiscalização e controle.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Desculpa, Thulyo. Você falou da notória falta de transparência, pode explicar melhor o que quer dizer com isso?

O SR. MARCOS THULYO TAVARES – Sim, sim, eu estou chegando lá.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Ah, sim, obrigada.

O SR. MARCOS THULYO TAVARES – Então, como eu havia dito, na segunda-feira foi publicada essa Portaria da STM, que obriga todos os entes federativos a utilizar um código específico de fontes de recursos, especificamente para as despesas relacionadas à saúde. Então, o que eu quero dizer com isso e o que isso tem a ver com o PLDO 2021? Que a Prefeitura de São Paulo já deve elaborar o Orçamento para 2021 utilizando-se dessas fontes de recursos. E a tendência é que haja uma padronização muito mais ampla das fontes para as diversas vinculações. Então, foi padronizado, agora, para a saúde. Mas, também, no futuro espera-se que sejam padronizados para outras funções de Governo, como a assistência social, a educação, etc. Então, assim, é urgente que a Prefeitura faça uma revisão dessa tabela de

fontes de recursos, que como eu disse, só possui 13 códigos.

As despesas de saúde, assistência social, serviço funerário e demais ações realizadas – e aí eu entro no detalhamento da Vereadora Soninha – essas despesas não estão sendo identificadas em dotações orçamentárias específicas da pandemia, encontrando-se difusas na execução orçamentária dos demais gastos de competência do Município. Por exemplo, o portal da transparência da Prefeitura contempla em seção específica, apenas os contratos emergenciais firmados para o enfrentamento da pandemia, não possibilitando a visualização de outras despesas, porventura viabilizadas por contratos vigentes antes do reconhecimento da calamidade, tampouco da execução das fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento dos novos contratos.

Note-se que a previsão da Lei Complementar 173, de 2020, relativa à suspensão do pagamento do contrato de referenciamento com a União também implica em transparência de gastos, na medida em que os valores não pagos deverão ser aplicados preferencialmente em ações de enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia. A ausência desses registros dificulta o acompanhamento das despesas diretamente relacionadas ao combate ao Covid-19, incluindo investimentos realizados com essa finalidade.

Por fim, consigno aqui que há diversas denúncias e representações já em tramite no Tribunal de Contas para averiguar essa falta de transparência das despesas relacionadas ao coronavírus, no âmbito do Município de São Paulo. Dentre elas, podemos citar o Expediente 8.653, de 2020, que trata de uma representação do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Então, são essas as considerações preliminares do Tribunal de Contas. Com isso, devolvo a palavra ao Presidente para o prosseguimento da audiência.

Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Thulyo. Eu passo a palavra ao representante da PGM, Dr. Vinicius Gomes dos Santos.

O SR. VINICIUS GOMES DOS SANTOS – Bom dia a todos, nobres Vereadores,

senhores munícipes que acompanham, todo mundo me vê e me ouve bem?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim.

O SR. VINICIUS GOMES DOS SANTOS – OK.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, eu posso fazer uma pequena observação antes do Vinicius, para ser mais prático?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Claro, acho que como o senhor que requisitou a vinda da PGM, pode contribuir. Então, Vereador Ricardo Nunes com a palavra.

O SR. RICARDO NUNES – Isso, Sr. Presidente, só para tornar, de repente, a fala do Dr. Vinicius, que já é um conhecido nosso da Câmara, mais proveitosa.

Dr. Vinicius, nós, da comissão, fizemos uma discussão e evidentemente toda Peça que vem chegando da Comissão de Finanças procura de sempre se aprimorar. Um dos pontos que a gente vê com muito detalhe, inclusive não foi motivo sequer de observação do TCM, mas a comissão observou, é uma necessidade de melhora da comunicação com a sociedade sobre os riscos fiscais. A tabela que traz as ações, por isso o seu convite aqui, fala de valores bilionários que a Prefeitura pode vir, eventualmente, a perder. Está de uma forma muito sintética, ou seja, está lá o número da ação, um resumo muito rápido e o risco de se perder. Então, está lá: Ação 002688, suspensão de atividade de dívida, valor 1,2 bilhão, ou seja, muita pouca informação.

O que a gente estava pedindo e, outra coisa, está colocando-se, eu já faço a pergunta para adiantar, já que o Presidente me autorizou, a gente observou que vocês utilizaram como regra relacionar as ações acima de 35 milhões e não existe uma legislação que especifique qual é o valor. A Comissão de Finanças debateu na semana passada e a nossa sugestão é de alterar isso para acima de dez milhões e que seja acompanhado de um memorial. Então, a preocupação e o convite ao senhor a esta comissão é por conta de entendermos poucas informações nos riscos fiscais, ainda mais tendo em vista que ano que vem prevê-se desenvolver o quadro primário de 6,7 bi e o resultado nominal de nove bilhões, ou seja, onde a gente puder minimizar esse impacto negativo nas receitas é importante.

Então, dentro desse contexto gostaríamos de ter a sua contribuição, Dr. Vinicius.

Obrigado, Presidente Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador. Antes de passar a palavra ao Dr. Vinicius, registro a presença da Vereadora Adriana Ramalho.

Dr. Vinicius, com a palavra.

O SR. VINICIUS GOMES DOS SANTOS – Perfeito. Eu ia fazer um breve resumo do que foi apresentado, mas então aproveito e já vou respondendo às perguntas que nos foram feitas.

De fato, o que acontece é que utilizamos aqui alguns parâmetros já existentes em outros entes. Temos parâmetros adotados no âmbito da União, no âmbito da Advocacia Geral da União e, de fato, nos manuais, tanto de Direito Financeiro de lá, como também nas portarias da AGU, são utilizados esses parâmetros. Como aqui no Município a gente não tinha isso e ótimo que estamos nesse diálogo, porque conseguimos fazer uma adaptação e de fato ela é necessária, a gente consegue estabelecer parâmetros objetivos de risco, e de analisar e de expor esses riscos. Então, esse valor dos 35 milhões foi baseado no manual aplicado no âmbito da União, assim como a classificação do possível, provável, também foi feita com base numa portaria da Advocacia Geral da União para que tivéssemos critérios objetivos.

Agora, realmente tivemos bastante dificuldade em sistematizar isso, justamente porque no âmbito do Município, a gente tem muito mais dependência das decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo do que propriamente das decisões dos tribunais superiores. Lá na AGU, eles colocam a classificação do risco provável e possível se a ação está no Tribunal Superior e se ela vai ou não para o STF, basicamente o critério é esse.

Aqui, para a gente, temos muita dependência do Tribunal de Justiça, tem muitas discussões que acabam no Tribunal de Justiça, nem chegam nos tribunais superiores e as próprias alterações ao longo do Código de Processo Civil também colocam uma série de outros incidentes, uma série de outros “microprocessinhos” que também acabam resolvendo a demanda de um modo geral e isso é aplicado para todos os processos semelhantes.

Com relação aos impactos, isso a gente também colocou no nosso resumo até a fala da própria Procuradora-Geral Adjunta – vamos encontrar aqui só para não me falhar – que, com relação à estimativa de valores, ela é de difícilíssima estimativa, justamente por quê? A gente coloca sempre o valor histórico, muitas dessas causas de um milhão, por exemplo, as da SPTrans são pedidos de indenização, ou seja, é o valor que o autor coloca na ação e não necessariamente o valor que vai ser decidido pelo juiz.

Obviamente, esse tipo de impacto, uma vez transitado em julgado e iniciada a execução, não é um valor que vai ser imediatamente sofrido pelos cofres públicos. Isso é diluído ao longo do tempo. E fica também complicado de sabermos, porque pode ser que alguns autores entrem com a execução, outros não entrem. Incidentes, obviamente que a gente vai suscitar para essa execução em termos de valores, contestação de valores, até aplicação de juros – isso é um tema que também variou muito ao longo do tempo, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, quais os juros de mora que serão aplicados, etc.

Temos também as questões de incidência das emendas constitucionais e precatório, relação de receita corrente líquida, etc., ou seja, é uma série de fatores que permite que a gente dilua esse eventual impacto, se ocorrer, ao longo do tempo. Então, quando a gente apresenta o impacto, realmente é um valor ou bloco, vamos dizer assim, um valor global da demanda, mas não que esse impacto vai ser imediatamente sentido no orçamento.

É uma coisa muito complicada essa questão de estimativa de valor possível, provável. Eu me lembro até de que na época em que eu era estagiário em escritório privado, também havia uma dificuldade dos escritórios privados, quando vinham as empresas de auditoria das empresas que eram clientes, justamente perguntando isso. Quer dizer, é difícil de a gente estimar uma demanda, se a gente vai ganhar ou perder, porque isso depende de decisões do Judiciário.

Além disso, toda essa questão do impacto, ele pode ser diluído ao longo do tempo. Então, se a gente apresenta, de repente, uma demanda ou mesmo uma demanda, por exemplo, da ação direta de inconstitucionalidade da contribuição previdenciária, o impacto ali

na verdade é aquilo que a gente vai deixar de economizar para os cofres públicos, caso a demanda venha a ser julgada procedente pelo Tribunal de Justiça. Então, quer dizer, é uma série de fatores que a gente não tem como colocar necessariamente em critérios objetivos, quando a gente faz um relatório. Mas, por exemplo, essa questão do corte em dez milhões é uma sugestão interessante, mais adaptada a nossa realidade municipal. Aqui também essa questão do corte de 35 milhões, a gente tomou como base mais ou menos uma orientação de que seria o equivalente a 0,5% do Orçamento Municipal.

Mas, aqui temos, agora, uma nova sugestão que a gente pode levar em consideração, inclusive para a redação de uma portaria. Há um grupo de trabalho já, do qual eu estou participando, para a gente estabelecer esses critérios objetivos com mais tranquilidade e mais precisão, Vereador e Vereadores.

Acho que é isso, não sei se alguém tem mais alguma dúvida, estou aqui à disposição, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dr. Vinicius. Passo a palavra, agora, ao Relator da LDO, o Vereador Ricardo Nunes para os seus comentários.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, deixa eu aproveitar já o Dr. Vinicius.

Dr. Vinicius, a gente percebeu aqui, inclusive, que pode eventualmente ser melhorado o entendimento. O que eu queria falar para o senhor? O senhor que trabalhou, inclusive com a Eros Grau, tem uma visão jurídica fantástica, mas o nosso desafio, liderado pelo nosso Presidente Donato, é de que consigamos transformar a nossa fala em algo mais factível para a população, para um melhor entendimento. O nosso desafio e nos comunicarmos com a população de forma mais pedagógico.

Por exemplo, uma das ações – o senhor deve ter conhecimento – tem um valor de 351 milhões, uma ação anulatória de lançamento de ISS relativo a serviços bancários, e há várias ações anulatórias de ISS de serviços bancários. O serviço bancário vai ser sempre o nosso desafio, eles são ruins de pagar, e essa coisa toda, e é gigantesco o volume de ações.

Esse caso, em especial, guarda relação com o tema 296 do ISS, do caráter taxativo

da alíquota de serviços bancário sujeitos a ISS. A decisão já está em segundo grau, com parcelamento desfavorável ao município de São Paulo, são 351 milhões. Não dá para desconsiderar esse item – há outros, mas não vou cansar todo mundo – não dá para desconsiderar com risco bastante elevado. Se o senhor puder comentar esse caso, por exemplo, e a gente sair daqui com ideia de um melhor diálogo com a sociedade, do que nós produzimos, seria para poder colocar em relatório.

A sugestão da Comissão de Finanças era de que fizéssemos uma classificação, por exemplo, às questões relativas aos serviços bancários, parece-me, seria um tema importante para colocarmos num quadro separado. Não sei se estou conseguindo me fazer entender, mas, enfim, o objetivo é de que tivéssemos, pelo menos, se não dos acima de 10 milhões, mas em alguns casos, um memorial, com um memorial daria para ter uma noção melhor. Esse caso que eu exemplifiquei, sem o memorial não dá para ter ideia do real risco para a cidade de São Paulo.

O senhor tem concordância com a fala ou não? (Pausa) Vinicius?

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Vou falar mais devagar, se falo muito rápido, o microfone não gosta.

O SR. RICARDO NUNES – Não, é que estava travando.

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Vamos lá, o que os senhores gostariam então que fosse apresentado nesse memorial? Seria a totalidade das...

- Interrupção na conexão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Houve um problema, infelizmente, na sua conexão, Dr. Vinicius. (Pausa)

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Melhorou.

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Queria saber o que poderíamos colocar nesse memorial: seria a totalidade de ações, com os números, com valores ou uma explicação exatamente do tema?

O SR. RICARDO NUNES – Dr. Vinícius, a ideia inicial, lógico, é ir avançando, não temos expectativa de resolver já todas as questões de uma vez, mas que tenha um avanço. Se pudéssemos ter um memorial para cada ação, acima de 35 milhões, e ter o resumo de todas as ações, acima de 10 milhões, aí seria – eu acho – mais factível. Dei agora um exemplo da ação anulatória de ISS nos serviços bancários, que está em 351 milhões que, a princípio, parece-me já está praticamente perdida, não é?

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Não. Veja só, temos aqui uma excelente notícia. Vemos que a questão da...

- Interrupção na conexão.

O SR. RICARDO NUNES - Dr. Vinícius, está *cortando*.

A SRA. SONINHA FRANCINE -Talvez seja melhor fechar o seu vídeo, para tentar melhorar. (Pausa)

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Vamos lá, pronto. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim, bem melhor.

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Esse relatório foi elaborado em março, até por conta dos prazos, etc., que nós tínhamos com relação às questões financeiras. Veja, no caso especificamente da...

- Interrupção na conexão.

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – ...extraordinário lá no STF, em que a situação foi revertida, e nós ganhamos.

Então, o Tribunal definiu, em esquema de repercussão geral... (Pausa)

Deixa-me aqui encontrar em relação às palavras que foram colocadas: “É taxativa a lista de serviços do ISS, no caso de serviços bancários, admitindo-se a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados em lei, em razão da interpretação extensiva”.

Outra ação em que também tivemos resultado favorável foi em relação aos contratos de franquia, Vereador Ricardo Nunes, diante de ter havido uma CPI, veja: o tema 300

também já foi decidido agora, em maio/junho. E não tivemos a oportunidade de atualizar, enfim, porque já tínhamos passado o relatório; e também a incidência do ISS sobre os contratos de franquia, também com impacto de 35 milhões. No caso do tema bancário, do tema 296, 2,07 bilhões, tudo isso, agora, uma vez decidido pelo STF, vai descer – como nós falamos – aos tribunais dos Estados e vamos então poder fazer a aplicação nas ações judiciais.

Quer dizer, é realmente muito dinâmico, uma ação que, de repente, estávamos com decisão desfavorável no TJ, perdendo; chega no STF, a coisa muda totalmente de figura. Esse caso, o senhor pinçou realmente um caso que, curiosamente, tivemos um resultado positivo, foi muito bom.

De fato, ficaremos atento, já anotei para fazermos então um memorial e a sugestão também das ações de 10 milhões.

O SR. RICARDO NUNES - Tem concordância da PGM em relação a isso, Dr. Vinícius?

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Olha, estamos sempre buscando critérios objetivos. No caso da questão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o medo realmente é de ficar um negócio, de repente, longo demais e maçante. Mas eu acho que, às vezes, é melhor pecar pelo excesso do que pela falta de informação, não é? Eu vou levar ao nosso Grupo de Trabalho, não sei se consta da portaria ou não, mas eu acho que é um critério válido sim, é um critério que, claro, deve ser levado em consideração.

O SR. RICARDO NUNES - Está bom, obrigado.

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Por nada.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Vereador Ricardo Nunes, V.Exa. me permite um pequeno aparte?

O SR. RICARDO NUNES - Lógico, Claudio.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Só para indagar, achei muito pertinente a sugestão, a indicação que V.Exa. fez ao Procurador quanto ao memorial. É só para perguntar se esse memorial já estará anexado a LDO deste ano.

O SR. RICARDO NUNES - Boa pergunta.

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Então, seria a ideia de já aplicar o memorial nessa LDO? Eu posso conversar então com os departamentos, etc., para verificarmos.

O SR. RICARDO NUNES – Olhe, não queremos ficar pressionando, mas nós ficaríamos bastante satisfeitos, não é Claudio?

O SR. CLAUDIO FONSECA – Estou solicitando, sim, se for possível, até considerando as atitudes dos bancos em relação ao Vereador Ricardo Nunes. É muito importante esse memorial, que vem à tona neste momento, que seja juntado à LDO.

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Certo. Bom, nós fizemos por bloco, é só realmente uma questão de pormenorizar aquilo que já existe. Já existe, é só pormenorizar de acordo com cada ação. São relatórios simples, hoje em dia com programas, nós conseguimos realizar sem problema.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Perfeito, obrigado.

O SR. RICARDO NUNES – Se por acaso vocês tiverem dificuldade, nesse momento, de fazer de todos os casos, pelo menos os acima de 100 milhões, sei lá, seria para avançar.

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Uma sugestão: que tal se fizéssemos, num primeiro momento, em relação a esses blocos de 35 milhões, que acho seriam os de impacto mesmo, até pela própria orientação da STF, com relação a 0,5% do Orçamento. E são justamente os dois casos: o 296 e o 300. Nós até atualizamos a informação desses dois julgados pelo STF. É possível?

O SR. RICARDO NUNES – É possível. Agora, uma pergunta: nós vamos receber a sucumbência disso?

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Sim.

O SR. RICARDO NUNES – Bom!

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Não, sucumbência, tem...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Vereador Ricardo Nunes?

O SR. RICARDO NUNES - É para agilizar?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim, para podermos avançar, têm muita gente inscrita.

O SR. RICARDO NUNES – Está bom. Então com relação a esse tema, acho que estou satisfeito, ficamos aguardando as informações da PGM.

Há uma questão para o Vicente, nós levantamos na Comissão de Finanças, que deve ser aprovada pela Comissão, é a inclusão de algumas questões. Tinha bastante coisa, mas vou pontuar algumas.

Nós percebemos dificuldade de interpretação com relação ao item Transparência, no que se refere aos gastos com os convênios, especificamente da Saúde e da Educação. Nós já preparamos a redação, vamos te mandar - até para que seja feita por várias mãos - de que passa a ser obrigatório na peça orçamentária a divisão da despesa per capita com quadro comparativo. A Vereadora Soninha deu uma sugestão de alteração na redação, se puder me ajudar, como ficará melhor, eu acabei não anotando.

Para lhe dar um exemplo: qual é o custo da Educação na rede direta, per capita? Qual é o custo da conveniada, per capita? Na Saúde, qual o custo da Prefeitura per capita na direta? Qual é o custo das OS? É para ter uma tabela e entendermos, e digo “nós” é que possamos passar à população, para a população entender o quanto está tendo de gasto com seus impostos, com os pagamentos de serviços. A ideia é tornar mais transparente a peça orçamentária, com quadros comparativos de despesas. Basicamente, é isso.

Temos uma divergência, ainda não chegamos à conclusão quanto às metas fiscais. Existe uma posição da Fazenda, uma posição contrária do TCM. Vamos conversar na Comissão de Finanças para verificar se vamos manter o texto sugerido pela Fazenda ou se seguimos a sugestão do TCM. Isso ainda não está pacificado na Comissão e, se por acaso, alguém quiser fazer defesa em relação ao tema, é algo que ainda estamos por definir no relatório final da LDO.

Obrigado, Presidente.

Vamos escutar as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes.

Eu vou alternar, cidadãos e cidadãs, com os Vereadores que se inscreverem. O primeiro inscrito, dentro dos tradicionais três minutos, Sr. João Cordeiro da Silva. (Pausa) Sr. Eduardo Marques. (Pausa)

O Vereador José Police Neto se inscreveu, mas vou colocá-lo, em seguida.

O SR. JOÃO CORDEIRO – (Com interferência sonora) – Estou na sala, mas não vou me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Não vai se manifestar, obrigado.

Sra. Adriana Ferreira Dafre. (Pausa) Sra. Marcilene Cavalheiro. (Pausa) Sr. Arnaldo Alves da Silva. (Pausa)

Sr. Carlos Eduardo Nóbrega Amorim, tem a palavra por três minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO NÓBREGA AMORIM – Gostaria de parabenizar a iniciativa de fazer a discussão entre a comunidade e o Parlamento. Agradecer a presença de todos que estão nos assistindo.

Eu sou uma das pessoas inscritas na plenária da Educação. Porém, fui consultado, esta semana, se queria confirmar aqui a minha inscrição, e eu acho que sim. Eu sou o Professor Cadu, professor da rede municipal de ensino e acho interessante levantarmos alguns pontos relevantes, inclusive neste momento de pandemia.

Só tenho três minutos, então passo a alguns dados rápidos. Chegamos a 80 mil mortos no Brasil e ¼ das mortes está no Estado de São Paulo, sendo que a cidade de São Paulo ainda está liderando essa triste estatística.

Quero levantar alguns pontos importantes para que nós pensemos, que são os seguintes. Estamos com previsão de retorno às aulas, no dia 8 de setembro. E nós estamos fazendo audiências públicas com o Secretário de Educação (falha na transmissão) os funcionários, diretor (falha na transmissão) todos levantam as dificuldades e as

impossibilidades de esse projeto da minuta ser efetivado em prazo tão curto.

A gente propõe que esse não retorno seja estendido até o final do ano e que a gente prepare as escolas para (falha na transmissão) dos alunos no ano que vem. Para isso a gente entra no Orçamento, então a gente pensa que para 2021 é necessário um aporte financeiro para a questão educacional. No caso, a gente tem de preparar as questões sanitárias e também a preparação dos professores nesse novo espectro de aula.

Então eu queria, primeiro, levantar algumas questões. A Prefeitura teria que chamar urgentemente os profissionais concursados, que estão só esperando ser chamados.

Tem que ter um dinheiro para a formação familiar. A educação da família é muito importante nesse processo de retorno, então tem que ter mídia televisiva, internet, tem que ter cartilha para explicar como deve ser esse retorno.

Última coisa: o PL 452, que foi colocado em pauta na Câmara, é um absurdo. A gente está levando a Educação da Prefeitura de São Paulo para os moldes da Educação do Estado de São Paulo, que tem precarizado demasiadamente a Educação, dividindo categorias entre professores, dificultando o acesso, não dando direito mínimo como, por exemplo, a utilização do Iamspe para algumas categorias.

Então a gente tem que pensar que, para o ano que vem, a educação é primordial nesse processo, inclusive de combate à pandemia, porque, se não tiver investimento nessa área, a gente vai ter novos casos, novos surtos dessa pandemia, o que vai dificultar para a gente sair desse momento tão ruim.

Muito obrigado. Bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Carlos Eduardo.

Passo a palavra para o Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, vou ser bastante breve. Quero focar exclusivamente numa fala do representante do Tribunal de Contas que aponta uma dificuldade que o Município carrega - não é desta gestão, mas que o Município ainda carrega -, na capacidade de ser muito objetivo, claro e transparente na sua execução orçamentária.

Ele aponta essencialmente a incapacidade que a gente vem tendo de acompanhar os gastos relativos à Covid, embora a Comissão e a CTEO tenham tido a brilhante iniciativa de criar quase que um observatório dos gastos da Covid - estamos no décimo relatório -, e isso tem ajudado bastante.

Mas me parece essencial que a Secretaria da Fazenda nos aponte quais esforços estarão contemplados na nossa Lei de Diretrizes e no nosso novo Orçamento para o ano que vem quanto às reclassificações ou ampliação das classificações, permitindo inclusive a regionalização do Orçamento.

Há uma tarefa quase inglória para qualquer cidadão, e foi muito precisa a fala do nosso relator, quando diz que a Comissão quer tornar o Orçamento legível para a população. A Vereadora Soninha também apontou isso como muita competência. O Orçamento regionalizado é um dos elementos fundamentais para o cidadão entender qual é o investimento em Saúde, em Educação, em Assistência, em todos os setores sociais que vão ser realizados no território dele. E ele mal consegue entender isso. Ou melhor, nem nós conseguimos entender isso.

Então eu queria a manifestação da Secretaria da Fazenda para tentar entender o que será feito ou o que está sendo feito para tornar o Orçamento legível do ponto de vista distrital, legível do ponto de vista das especificações do próprio Orçamento para, na sua execução, ter controle de verdade; controle cidadão, que qualquer cidadão consiga ter acesso à informação e controla-la de maneira vigorosa, reduzindo sem dúvida nenhuma qualquer brecha para uso indevido do recurso público.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Police Neto.

Próxima inscrita, Elaine dos Santos Silva, Wilson Sebastião Cotrim, Débora Veras, Rui Augusti, Michela Aparecida Bildi, Claudia Aguiar Cerqueira, Carlos Alberto da Silva Castro, Maria Márcia Freitas, Sandra Valéria Cacuto, Maria Aparecida da Silva.

Como vocês veem, tivemos uma sobreposição com a audiência de ontem, da

Educação, e as pessoas se inscreveram na audiência errada. Mas vamos seguindo aqui.

Eslí Esteves dos Santos, Patrícia Medeiros Ermela, Helen Alves de Souza, Cristina Orlando Stanogev, (falha na transmissão) de Barros, Dárcio Stuque, Cleuza Rossi, Isabel Cristina Correia, Augusto (falha na transmissão), Josevaldo Batista, Maiara Oliveira, Silvano Vieira, Carlos José Ramos, Iraídes Simone, Maria Angélica Oliveira, José Renato Fonseca, Cristina Rangel, Will Ribeiro...

A SRA. CRISTINA RANGEL - Eu. Espera aí.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Cristina?

A SRA. MAIARA OLIVEIRA - Maiara está aqui também.

A SRA. CRISTINA RANGEL - Pode passar para a Maiara. Daqui a pouco eu volto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então Maiara, depois a Cristina, por três minutos, por favor.

A SRA. MAIARA OLIVEIRA – Bom dia. Meu vídeo não está funcionando, então vou ficar só no áudio.

Eu sou Maiara Torres, sou advogada, sou conselheira participativa municipal atuante junto à Subprefeitura da Cidade Ademar e estou aqui falar do teor de um ofício que foi encaminhado aos vereadores desta Comissão antecipadamente. É um ofício que trata da proposta de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Como foi dito pelo Vicente, no início, a LDO tem algumas premissas, premissa de transparência, de garantia da participação popular, e a nossa proposta se coaduna com essa intenção de garantir a transparência e a participação popular no processo de elaboração do Orçamento público municipal.

Nós, do conselho participativo municipal, desde maio temos dedicado nossas reuniões ao cumprimento do procedimento para consideração da participação da sociedade civil no processo de elaboração do PLDO. A gente tem discutido, analisado, priorizado propostas. Como foi dito aqui pelo Vicente, inicialmente, em razão da pandemia, a fase de audiências públicas para o PLOA 2021 tem sido realizada *on-line*. Foram publicados um

decreto e uma portaria da Secretaria da Fazenda dispondo sobre esse procedimento.

Então, com as novas regras estabelecidas por esses instrumentos normativos, as audiências públicas foram realizadas *on-line*. Foram recebidas por meio remoto no portal da Prefeitura, foram analisadas e discutidas pelos conselheiros participativos de cada subprefeitura. E os conselheiros colheram 15 propostas consideradas prioritárias para a região.

Neste momento, essas propostas estão sendo sujeitas a votação popular no *site* Participe Mais. Dessas 15 propostas, cinco serão eleitas e encaminhadas para a fase de análise de viabilidade, realizada pela Secretaria, como o Vicente muito bem explicou, e aí seguirão para a consideração do Chefe do Executivo, para que ele analise se é conveniente ou não considerar essas propostas no projeto de lei orçamentária.

Esse processo tem sido muito bom, muito interessante ouvir a população, o conselho dialogando com a população, mas também tem sido de certa forma frustrante, porque sabemos que o orçamento público no Brasil é autorizativo e, embora isso possa facilitar a gestão das necessidades públicas, por conferir certa flexibilidade ao uso dos recursos públicos pelo Chefe do Executivo, isso tende, em contrapartida, a desestimular a participação social, ao nosso ver.

A gente participou durante esse processo, fez todo esse processo, mas não tem efetiva garantia de que as demandas escolhidas pela comunidade, na fase de audiências públicas serão efetivadas. Isso porque a gente sabe que, depois que a comunidade apresenta as demandas, o gestor público municipal... Isso fica na promessa e essas propostas se submetem ao juízo de conveniência e oportunidade do gestor público municipal.

E aí vêm as nossas propostas de emenda. Eu vou dar uma lida aqui, para facilitar, para não estourar meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Já estourou, mas conclua, por favor.

A SRA. MAIARA TORRES – Só vou ler as propostas. Nossas propostas são três. A gente gostaria de propor emendas ao PLDO que estabeleçam que os motivos de consideração ou desconsideração das cinco propostas, eleitas pelos munícipes da região de cada

subprefeitura durante o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária anual, sejam publicados na imprensa oficial, no portal do Governo Municipal e comunicadas em tempo ao conselho participativo municipal por meio de ofício.

A segunda emenda: que os motivos de retirada do PLOA 2021 pelo Executivo Municipal, em qualquer fase do processo legislativo de qualquer uma das cinco propostas eleitas pelos munícipes da região sejam publicadas, de novo, na imprensa oficial, no portal do Governo Municipal e comunicadas em tempo ao conselho participativo municipal por meio de ofício.

Uma vez inclusas na LOA, após aprovação e sanção das cinco propostas referidas, que os motivos que justifiquem alterações e remanejamentos ocorridos nas dotações com verbas destinadas às cinco propostas eleitas pelos cidadãos na fase de audiências públicas sejam explicitados por meio de publicação na imprensa oficial, no portal do Governo Municipal e de ofício endereçado ao conselho participativo municipal.

Para nós, essas iniciativas contribuiriam para a consideração das prioridades eleitas pela população, estimulariam a participação social e garantiriam a transparência do processo decisório, facilitando o acesso a informação sobre as decisões do Prefeito acerca do destino das cinco propostas eleitas pelos munícipes em votação popular.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Maiara.

Sra. Cristina Rangel.

A SRA. CRISTINA RANGEL – Acho que tinha alguém antes de mim, o José Renato, que está presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Se estiver presente, José Renato, então; em seguida, a senhora.

O SR. JOSÉ RENATO – Donato, obrigado. Eu estava entendendo que você estava lendo a lista dos que iam ser chamados. Você leu a lista inteira, eu não entendi que já era a convocação.

José Renato, sou da área da Cultura, atuo junto com você, Vereador Donato, e com a Soninha Francine na Subcomissão da Cultura. Eu preparei uma pequena fala, para ser um pouco mais ágil, pensando na leitura que eu fiz do Projeto 252, da LDO, principalmente na apresentação no começo, até antes das tabelas e tudo mais. Então eu vou ler, porque acho que fica mais ágil e meu tempo fica mais reduzido.

Ao longo das páginas do PL, em diversos momentos, de várias formas, ele fala da participação popular e controle social, participação da sociedade civil, promoção do acesso à cultura das periferias, aprimoramento do acesso, controle e execução das ações relativas aos fundos municipais, citando diversos desses fundos; e, especificamente no tocante ao desenvolvimento social, este último relativo ao Plano de Desestatização, visando garantir maior transparência e controle público.

Em todos esses pontos, o que a gente vê é uma proposição de uma lei no sentido daquilo que sempre vimos. Como a sociedade civil convocar neste momento e nas discussões de orçamento quais sejam: a participação social, acesso, descentralização, desenvolvimento social. Tudo isso aparece do texto da lei.

Todos os anos, no decorrer dos anos, na leitura de LOAS, de LDO, de discussões de Orçamento, a gente constantemente ouve as mesmas queixas e reclamações: a falta de transparência, de acesso, a concentração de recursos em determinadas regiões e outras coisas assim, que levam algumas questões que, para mim, são fundamentais.

Como garantir a efetiva participação social na elaboração, criando mecanismos que, inclusive, garantam a execução daquilo que é elaborado? O que o Poder Público quer dizer com “Garantir maior transparência e controle público, relativo ao Plano de Desestatização.”? Que a sociedade civil compactue com a privatização do bem público? Isso continua sendo um plano de Governo? Vamos continuar a vender a Cidade como um horizonte para uma Gestão que nem sabe se vai continuar no Executivo no próximo exercício?

Para essas e outras questões é fundamental sabermos qual é o planejamento para as audiências públicas deste ano, na situação atípica da Covid-19. Elas serão virtuais? Nós já

temos datas? A população terá a sua participação garantida nessas falas da audiência? Qual é o calendário das audiências? Calendário, plataforma e forma de divulgação adotada para a realização das audiências do Orçamento.

Falando do dinheiro em si, para não ficarmos...

- Falha na transmissão do áudio. Registro prejudicado.

O SR. JOSÉ RENATO FONSECA DE ALMEIDA - ...na crise, e tudo mais, olhando para os números da Fazenda, disponíveis no *site*, o Orçamento geral do Município, na verdade, ele foi incrementado, para este ano, em 2%, passando de 69 para 70 bi. Sendo que aqui o Governo já empenhou mais de 41 bi. Ou seja, nós estamos no meio do ano, em julho, e 60% do orçamento previsto da Cidade já está empenhado, mais de 40% foi executado. E a gente está com congelado, na média, mais ou menos, só de 6%, neste momento, pela planilha do orçamento disponível pela Fazenda. O que é bastante razoável, normalmente o índice de “não executado” chega até mais do que esse valor.

Mesmo a gente considerando a crise da pandemia, em linhas gerais, a gente tem que olhar o orçamento do Município, pela planilha disponibilizada pela Secretaria da Fazenda, ele está indo muito bem.

- Falha na transmissão do áudio. Registro prejudicado.

O SR. JOSÉ RENATO FONSECA DE ALMEIDA - Nesse sentido, é que eu acho que a gente tem de pensar numa ação para a próxima LOA da Cultura, na nossa área de atuação, tanto que a gente briga, que a gente efetivamente consiga pensar no orçamento de 2021 para a Cultura que garanta um efetivo aumento percentual pelo nosso valor, para aquela briga longa de pasta da Cultura de 2%.

É isso. Obrigado. Até logo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Zé Renato.

A Sra. Cristina Rangel do Nascimento.

A SRA. CRISTINA RANGEL DO NASCIMENTO – Bom dia, senhores servidores municipais, bom dia pessoas da sociedade civil que acompanham a audiência. Nós,

trabalhadores da Cultura da cidade de São Paulo, maior cidade da América Latina, polo produtor e difusor do País, cidade que acolhe festivais de grande e pequeno porte, cidade em que muitos artistas do País e do mundo vêm construindo suas carreiras. Nós, trabalhadores de base, os ditos invisíveis, estamos em *lockdown* profissional e emocional há quatro meses, sem renda, sem nenhum tipo de auxílio do Poder Público estadual, federal e municipal.

Não há perspectiva de retorno para a maioria de nós. Ainda que haja, o segmento das manifestações culturais certamente será um dos últimos a voltar às suas atividades.

Desde o início desta Gestão, a LDO só traz regras bem gerais e conceituais, sendo que neste texto da LDO deveria constar a execução obrigatória dos planos municipais da Cidade que já existem. Por exemplo, o Plano Municipal de Cultura que já poderia ter o seu Conselho Municipal de Cultura votado para facilitar a implementação da Lei de Emergência Federal Aldir Blanc. Entretanto, os outros planos, como mesmo o Plano Diretor que, nesses últimos anos, foram deixados de lado pela Gestão atual.

Na proposição da LDO há um item de participação popular de controle social, participação social da sociedade civil, como disse o amigo anteriormente, mas vemos a condução da implementação da Lei Aldir Blanc ser de forma autoritária, com Decreto que nem paridade de cadeiras com Poder Público a sociedade civil terá.

Não houve qualquer ação efetiva de amparo no Município de São Paulo, nenhuma destinação de recursos emergenciais para a categoria de trabalhadores que vai além do artista, que pode fazer uma *live*, e tem condições de tirar certidões e catracas burocráticas.

Chamamos a atenção de todos os participantes para ampliarmos o nosso olhar e reconhecer que, neste exato momento, muitos fazedores de cultura, artistas, educadores, técnicos, não estão acompanhando essa transmissão, pois apesar de pagarem as mesmas tarifas e infraestrutura em geral, nas regiões periféricas, ou outras regiões, não gozam da mesma capacidade técnica do que nós.

Fica impossível até se inscreverem em chamamento para realização de *live*, ou a qualquer possibilidade, neste momento, está restrita apenas ao ambiente virtual.

Cultura é direito inalienável, são tempos de existência que estão em jogo, não podemos nos distanciar dessa premissa.

A Lei Aldir Blanc vai atuar no momento emergencial. Nós gostaríamos de nos atentar a todos, porque o nosso futuro continua incerto, mas que já existem projetos de lei que podem atuar de forma complementar no Estado e no Município, a fim de termos um plano de futuro sistematizado e efetuar a construção das categorias atuantes na Cultura.

Os PLs 227 e 343 na capital paulista, projetos resultantes de propostas dos movimentos da sociedade civil, resultando em ação do Poder Legislativo, são projetos de lei que poderão colocar o Estado e o Município, no caso, como modelo de políticas públicas durante a calamidade pública da pandemia.

Esta Gestão se diz a gestão da cultura, mas nós estamos acompanhando um completo desmonte de todas as políticas públicas relativas às ações periféricas e de formação, como o término da Fundação Theatro Municipal, da SPTuris e todo o quadro de profissionais que estão ativa e diretamente ligados.

Espero que a LDO contemple a participação social real e que possamos acompanhar aonde vai esse dinheiro que estava no Fundo Nacional e até agora não foi mexido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado Sra. Cristina.

Quero consultar se há algum Vereador que queira fazer uso da palavra, senão sigo com a lista de inscrições, como combinamos de intercalar.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Eu quero falar, mas posso falar mais adiante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Pois não. Vou seguir a lista de inscrição chamando Uil Ribeiro.

O SR. UIL RIBEIRO – Bom dia a todas e a todos. Sou articulador cultural na cidade de São Paulo, participante do Fórum do Reggae e do Coletivo dos Movimentos Culturais da

cidade de São Paulo.

Quero deixar meu relato, começando da seguinte forma: algo ficou bem óbvio através da calamidade da pandemia. A Cultura não pode ter orçamento marginalizado como sempre ocorreu. Inclusive, destaco ainda que não basta orçar, é preciso também descongelar, empenhar e, obviamente, liquidar todo orçamento da pasta da Cultura, bem como, dentro dela, equilibrar programas de fomento e formação para a base, eventos, enfim.

Me manifesto nesta fala breve, porém incisiva, dizendo que a Cultura não pode ficar mais de fora da sociedade, principalmente nas situações que abrangem todo orçamento do Município. Ela é vital para melhoria da comunidade e da sociedade.

Finalizo por aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Uil. O próximo é o Sr. Antonio Carlos Alves Ferreira.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Presidente, o Marcos Rubens Ferreira, que já tinha sido chamado, está agora na sala. Ele não pode falar na hora que o senhor chamou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Com a palavra o Sr. Marcos Rubens Ferreira, por três minutos.

O SR. MARCOS RUBENS FERREIRA – Aqui é Marcos Rubens Ferreira, integrante da Pastoral da Saúde de São Paulo e do Polo Social Cívico Brasilândia, falando exatamente de um dos bairros do chão da Vila Brasilândia, Distrito da Brasilândia, Subprefeitura Freguesia do Ó – Brasilândia.

Inicialmente, aproveitando a fala do colega que está no Tribunal de Contas, sou um dos estudantes da Escola de Contas, fazendo especialização no Tribunal de Contas, e a questão da transparência municipal.

- Falha técnica na transmissão do áudio. Transcrição prejudicada.

O SR. MARCOS RUBENS FERREIRA - ...Prefeitura, levanta e sempre deixa questionamentos.

Neste período em que estamos vivendo, nós pedimos, quem sabe aos integrantes

da Comissão que venham aqui na Vila Brasilândia. O Donato já veio na ocasião da Câmara no Bairro, mas eu convido a Adriana, o Aurélio, Antonio, o Isac, o Rodrigo, o Atílio, o Ricardo, Ota, Soninha, Ricardo Nunes, Police, José Police também está aí, já veio na Brasilândia, a virem visitar um pouco os estabelecimentos de saúde, para verem como que está a questão do orçamento municipal, nos estabelecimentos de saúde e na prestação de serviços heroica que os trabalhadores da saúde fazem aqui na região.

Tenho acompanhado o *Diário Oficial*, não consigo encontrar publicação alguma sobre o Hospital de Campanha Municipal da Brasilândia. O Hospital está sendo administrado por uma OS, o labas, que faz publicação no seu *site* de que recebe prêmios do Cofen, que está tendo trabalho humanizado. Mas como é a prestação de serviço?

O Município de São Paulo heroicamente está recebendo enfermos da região macro do Estado, de Campinas. Parabéns para nós, cidadãos paulistanos que estamos recebendo os nossos irmãos que estão no interior, em Campinas e na região. Como que eles serão tratados por essas OSs que administram os equipamentos de saúde de campanha e os mais variados serviços, seja estadual ou municipal.

Uma colocação que eu gosto de levantar pelo serviço de saúde é que nós temos na Vila Brasilândia UBS e AMA que pegaram fogo, funcionavam dentro de um contêiner, ou vários contêiners desses que transportam carga de porto. O Elisa Maria precisa ser reconstruído. É um equipamento de saúde básica, também nós precisamos de implementação de saúde da família. Tudo isso passa pelo orçamento. É uma das opções que foram colocadas para votação, implementação de saúde da família, contratação de RH.

A região da Brasilândia precisa também de UPA. Tudo isso já foi comunicado para a Comissão via comunicação oficial, por ofício, *e-mails*, meios possíveis dentro deste momento que estamos vivendo. Aqui na Brasilândia a questão de pactuação Município e Sabesp para o saneamento básico é fundamental. Palavra que é tão dita: “fundamental”, “essencial”, “importantíssimo”.

Toda questão de saneamento básico no Distrito como um todo é necessária a

pactuação e ser, cada vez mais, reiterada, ano após ano. Estamos numa dita franja do Município, uma ponta do Município, mas o que começou no coração do Município, que foi a contaminação por um paulistano que estava viajando, desfrutando do seu lazer, chegou nas franjas como uma onda e não quer sair daqui. Está indo para o interior como uma onda e não quer sair do nosso estado. O Brasil inteiro que o diga e o mundo inteiro.

Eu, mais uma vez, repito o convite: Adriana, Aurélio, Isac, Rodrigo, Atilio, Ricardo, Ota, Soninha, Ricardo Nunes, José Police, venham visitar a Brasilândia. Visitem outras regiões também que passam por necessidades.

Um abraço. Paz e bem. Bom trabalho para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Marcos Rubens.

Com a palavra André Luiz dos Santos, o Rapper Pirata.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS – Tenho maior orgulho de ser paulistano e ouvir os paulistanos falarem. Queria que o Governo tivesse também esse orgulho.

A filosofia Lava-Jato, convicção pública apareceu um pouquinho aí nas falas do Estado nos seus erros. E aí eu tenho umas perguntas: dívida pública aumenta com solicitação de crédito. A LDO está pedindo muita solicitação de crédito, isso aumenta a dívida pública. Quero saber por quê?

Estou falando de valor liquidado, pelo *site* do TCM, pelo IRIS. A Prefeitura gastou 41 bilhões de reais e um exemplo desses gastos é que a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Turismo, juntas, gastaram 243 milhões de reais. Eu tenho uma pergunta: na pandemia, com o que eles gastaram, principalmente a Secretaria de Turismo? Então, eu quero saber o porquê.

Na LDO, não há um parágrafo, porque estão fazendo o debate sobre os riscos e, aí, foi desmontado, na convicção que um processo judicial pode acarretar. Assim, é você trabalhar com a convicção de que isso vai trazer dívida para a Prefeitura. Esse discurso acabou hoje. O discurso de crise também acaba, a todo momento. Porém, não há um parágrafo sobre a pandemia. Eu nem vou à pandemia. Tem de haver um fundo, porque a Cidade precisa pensar. Vejam a surpresa, agora, de ter a pandemia, e ela não estava preparada – fora a questão da

transparência.

Aí, em questão de transparência, eu quero já solicitar à Secretaria de Finanças, em parceria com a Comissão de Orçamento: vamos fazer, juntos, uma audiência pública, para a Secretaria de Finanças também nos falar como é que eles vão implantar a Aldir Blanc, porque a Aldir Blanc é Finanças e Finanças é quem libera o dinheiro. Eu quero saber qual é a estrutura que vocês vão colocar na Cidade. Aí, eu convido vocês para participar conosco.

A LDO, como foi falado, precisa ser mais transparente, porque, se eu lesse só a LDO, grossamente, eu falaria que a cidade de São Paulo é contra o racismo e a favor de acabar com a pobreza. Porém, na efetivação, não! A cidade de São Paulo coloca a palavra “desestatização”. Aí, tem de tirar essa palavra e colocar a palavra “privatização”, porque aparece, agora, na LDO, por causa do Fundo de Desenvolvimento – e desenvolvimento tem dois lados. Vai desenvolver o que em uma cidade que não consegue dialogar mais sobre industrialização? Se nós estamos falando da quarta revolução da indústria e a cidade de São Paulo nem tem política para isso. Aí, vamos falar de trabalho.

Agora, eu tenho o maior orgulho de ser paulistano, por ouvir as pessoas falando. Eu queria que a Prefeitura tivesse esse orgulho e dialogasse com a sociedade civil, porque ela não dialoga.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Pirata. O próximo inscrito é o Sr. Leandro Lago da Silva. (Pausa) O próximo é o Sr. Osvaldir Barbosa. Tem a palavra.

O SR. OSVALDIR BARBOSA DE FREITAS – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Osvaldir. Eu sou morador, aqui, de Cidade Ademar, e Presidente de uma Organização Social chamada Cecasul. Quero saudar o Presidente da Comissão, Vereador Antonio Donato, o Vereador Ricardo Nunes e todos os presentes.

Em primeiro lugar, eu quero reforçar a proposta apresentada pela Mayara, que é Conselheira Participativa, aqui, da região. É uma proposta interessante, para que possamos ter garantias de que o Poder Executivo ouça aquilo que a população delibera e dialoga nas audiências públicas e aquilo que os próprios Vereadores aprovam, também. Nós tivemos

aprovada, aqui, a implantação de um CEU, que estava no nosso Orçamento e foi, infelizmente, retirado pelo Prefeito no dia 24 de janeiro, como um presente para a Cidade Ademar, na véspera do aniversário de São Paulo.

A segunda questão eu colocaria para que pensássemos em como regionalizar o Orçamento, principalmente, a partir, já, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que nós tivéssemos as metas e prioridades por região, por Subprefeitura. O Orçamento é feito de uma forma em que o cidadão mediano para o comum não consegue entender nada. Então, precisamos regionalizar, saber o que vai ser proposto para a Cidade Ademar, para o Campo Limpo, para a Brasilândia, enfim.

Nesse sentido, eu quero reforçar o pedido para que colocássemos na Lei de Diretrizes, como meta prioritária, a implantação do CEU de Cidade Ademar. Apesar de a Lei de Diretrizes não prever essa regionalização, eu já colocaria isso para os Vereadores, para o Relator Ricardo Nunes pensar com carinho e já fazer na própria LDO essa proposta, que é uma prioridade de todas as organizações coletivas da nossa região, que tem muitas carências.

Basicamente, era isso. Obrigado. Um bom dia e um bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Osvaldir. O próximo é o Sr. Alessandro Azevedo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Vereador Antonio Donato. Na verdade, Vereador, essa é a lista de inscritos para participar desta audiência. Eu me sinto contemplado pelos que me antecederam e vou passar a palavra. Como trabalhador da Cultura, eu me sinto muito contemplado por todos os que falaram aqui, em nome da Cultura e dos trabalhadores da Cultura. Eu acho que é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Alessandro. Sr. Paulo Roberto da Silva?

O SR. PAULO ROBERTO SILVA SANTOS – Paulo Roberto Silva Santos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Isso. Sr. Paulo Roberto Silva Santos,

perdoe-me. Tem a palavra por três minutos.

O SR. PAULO ROBERTO SILVA SANTOS – Eu sou Presidente do Conseg da Cidade Ademar e venho aqui endossar as palavras da Mayara e do Osvaldir. Gostaria de dar ênfase ao fato de que nós realmente precisamos da construção desse CEU. Então, nós precisamos adquirir o terreno e precisamos da construção do CEU. Nós temos um terreno na Yervant Kissajikian, número 2.500. Ao lado dele, há a EMEF Elza Maia, que já vai encampar todas as nossas necessidades na construção do CEU Cidade Ademar.

Então, nós pedimos a todos os Vereadores que nos ajudem a construir esse CEU, porque todos os coletivos da nossa região aprovam, em 100%. Está dando, hoje em dia, que a prioridade zero nossa é a construção do CEU. Nós pedimos a ajuda dos Vereadores. Que façam com que isso seja concretizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Paulo Roberto. O próximo é o Sr. Cesar Pegoraro.

O SR. CESAR PEGORARO – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Vereador Antonio Donato. Bom dia aos demais Vereadores e Vereadoras, cidadãos e cidadãs.

Vou contar uma história bem rapidinha sobre um projeto que eu acompanho, aqui, no Butantã, Distrito do Rio Pequeno, há 15 anos, que é a história do Parque Linear Água Podre. Mais uma vez, venho aqui, rapidamente, na discussão do Orçamento da Cidade, abordar a questão desse projeto, em especial, que é um projeto bastante inovador como política pública para a Cidade, primeiramente, pela sua complexidade. É um projeto que trabalha na bacia hidrográfica. Ou seja, ele trabalha na região que forma um rio. No nosso caso, é o Rio Água Podre. Traz soluções de diversas secretarias, de diversos equipamentos, para trazer qualidade de vida para esse território. A primeira delas é a questão da despoluição do rio, a encargo da Sabesp.

Contudo, há toda uma questão ligada à Secretaria de Habitação, pela promoção de habitações populares às nossas comunidades, aqui, da região. Há a questão de, por ser um

parque linear, a Secretaria do Verde ter projetado uma estrutura ao longo de todo o riacho. A inovação desse parque linear é que ele ocupa da nascente até a sua foz. Então, ele traz uma série de qualificações ao território.

Por que eu venho falar dele aqui, em uma audiência? Porque é um projeto que já consumiu mais de 40 milhões dos cofres públicos. Ele não foi executado. Esse recurso foi usado, basicamente, para desapropriação de áreas e para concepção dos projetos executivos. É um projeto que traz uma série de benefícios para essa região periférica da Cidade e eu venho pedir que tenhamos uma rubrica no Orçamento da Prefeitura para que, de fato, consigamos conquistar esse projeto, que já se arrasta há 15 anos.

Inclusive, quero trazer essa realidade, também, para a Câmara Municipal, pois nós temos, a exemplo do Parque Linear Água Podre, diversos outros projetos que estão inacabados e vemos, ano após ano, projetos novos aparecendo sem que os antigos sejam concluídos. Então, há essa relevância bastante importante, de que esse projeto aconteça. Inclusive, em 2018, a Vereadora Soninha Francine veio aqui conhecer, até acompanhada de um projeto, conosco, mas é uma questão que eu quero trazer para esta discussão.

Peço que tenhamos essa rubrica no Orçamento do ano que vem para o Parque Linear Água Podre, ligado à Siurb, que está devendo obras para nós, à Secretaria de Habitação, à Secretaria do Verde e à Subprefeitura, para a execução de projetos, para que possamos, de fato, concluir um projeto que se arrasta há tanto tempo.

Era isso o que eu queria trazer à discussão, aqui. Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Cesar.

Eu informo que estão encerradas as inscrições e eu vou precisar suspender por um minuto, para abrir a sessão ordinária, suspendê-la e retomar a audiência pública. Eu tenho um prazo regimental para abrir a sessão ordinária.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Voltamos à audiência da LDO e eu sigo com as inscrições. O Sr. Marcos Rubens já havia falado. Eu imagino que seja o mesmo Sr. Marcos Rubens que falou há pouco. O próximo é o Sr. Clóvis Rodrigues Ferreira. Tem a palavra por três minutos.

O SR. CLÓVIS RODRIGUES FERREIRA – Bom dia a todos os nobres Vereadores e a todos que estão presentes. Meu nome é Clóvis. Eu sou Coordenador do Conselho Participativo de Cidade Ademar e Pedreira e quero compartilhar na tela a carta dos companheiros conselheiros e dos movimentos sociais. Temos como prioridade, por unanimidade entre os conselheiros, a implantação do CEU. Então, vou compartilhar a carta na tela e lê-la para os senhores:

“Ao Exmo. Sr. Vereador Ricardo Nunes, Relator do PL 252, de 2020, referente à solicitação de inclusão do CEU da Cidade Ademar no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Prezado,

O Conselho Participativo de Cidade Ademar e Pedreira e os movimentos sociais abaixo identificados vêm respeitosamente solicitar que a previsão de implantação de um CEU no Distrito de Cidade Ademar seja incluída no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 252, de 2020. Há vários anos, essa demanda tem sido reiterada pela população e por lideranças locais, em diversos espaços de participação, incluindo audiências públicas promovidas pelo Executivo e Legislativo.

Nesse processo, é importante destacar que o Fórum Social da Cidade Ademar e Pedreira, com apoio da população local, em pouco tempo, o documento entregue à Prefeitura, promoveu um abaixo assinado, recebeu mais de dez mil assinaturas em apoio à implantação do CEU. Também lembramos que a Lei Orçamentária de 2020 foi aprovado o valor de 30 milhões para o mencionado equipamento, entretanto, a verba foi remanejada pelo Executivo no dia 24 de janeiro, considerando esse histórico.

O Conselho Participativo e vários movimentos sociais, que participaram das

reuniões virtuais e discussões das propostas para elaboração do Orçamento do Município de São Paulo de 2021, voltaram a eleger o CEU da Cidade Ademar como a principal prioridade para a região. Portanto, reiteramos que essa demanda é fundamental para a nossa população e por considerarmos nosso pleito justo e viável, esperamos que ele seja atendido.

Atenciosamente, Conselho Participativo de Cidade Ademar; Fórum Social da Cidade Ademar e Pedreira; Movimento de Moradia Missionária e Cidade Ademar; Conseg, Conselho Comunitário de Segurança de Cidade Ademar; Conselho Comunitário de Segurança da Vila Joaniza e o Conselho Comunitário de Segurança do Jardim Miriam.”

Era essa a posição do Conselho Participativo de Cidade Ademar e Pedreira.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Nós é quem agradecemos sua participação.

Próximo inscrito é o Sr. Rui César Primo.

O SR. RUI CÉSAR PRIMO - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os Vereadores presentes da Comissão de Finanças e outros Vereadores, e todas as pessoas que estão trabalhando, interagindo nesta audiência. Meu nome é Rui Primo, sou morador da região da Freguesia do Ó, Brasilândia.

Vou iniciar falando do Distrito da Vila Brasilândia. Com todo respeito às outras regiões de São Paulo, a região da Brasilândia, mesmo tendo uma população aguerrida, resiliência, solidária e criativa é uma região que, hoje, está entre as 12 piores do IDH do Município e o pior da região Noroeste. A epidemia vigente evidenciou essa desigualdade em relação a outros bairros com infraestrutura. É uma região carente que precisa de recursos, investimentos, por essa razão estou aqui nesta reunião, para sair dessa situação desfavorável e ter qualidade de vida e se desenvolver.

Eu e muitos moradores consideramos que esse processo regional, realizado há pouco, teve muita pouca informação. As propostas e opções elencadas para votação são insuficientes e aquém da realidade e da demanda local reclamada por moradores em várias

outras ocasiões em reuniões. Eu acho que devem ser consideradas.

Por isso me vejo no direito de relatar algumas da minha região. O Distrito da Vila Brasilândia, na questão do saneamento básico: os moradores querem uma urbanização do Córrego Rio das Pedras e a continuação da via pública que está ao fundo para ligar a Estrada Lázaro Amanso de Barros, a Av. José da Natividade e a Av. João Paulo, dando sentido e saída para a Marginal; implementação do projeto referente ao *Córrego Manoel Belizar Bolívar* e *Córrego Cavaton*, na Freguesia do Ó, que é um projeto que já existe, tem número, e pedimos a implementação. Também a urbanização e saneamento básico do Córrego Guedes, na Vila Brasilândia.

Vila Brasilândia e Freguesia do Ó, Srs. Vereadores, com sua geografia, tem ruas estreitas e calçadas inadequadas dificultando o trânsito local e a locomoção das pessoas. Por isso é necessário um alargamento das vias públicas, onde a medida da calçada permite ou em alguns quarteirões, dando fluidez ao transporte público para a saída e a entrada do bairro.

Eu cito na Vila Brasilândia: Rua Parapuã, Av. João Paulo I e outras, e na Freguesia do Ó: Rua Javoraú, Av. Itaberaba, Rua Balsa e outras que são possíveis.

Também pedimos recursos para o programa emergencial de calçadas nas vias do bairro, possibilitando boa locomoção, acessibilidade aos idosos e aos demais em várias ruas e avenidas do Distrito, tanto da Freguesia como da Brasilândia. Cito como exemplo o nosso Centro Histórico na Freguesia do Ó, que precisa dessa requalificação das calçadas.

Tem uma proposta muito importante para nossa região que contempla tanto a Freguesia do Ó, como Brasilândia, que é a questão do meio ambiente e qualidade de vida, que é a criação do Parque Morro Grande. Com a preservação histórica da Capela Santa Clara de Assis e o cinema criado nos anos 40, na antiga Pedreira Morro Grande, pedimos a instalação desse parque que vai melhorar a qualidade de vida na região.

Também temos a questão da dificuldade do lazer para os jovens. Pedimos a criação de uma grande praça, pois não existe na região da Brasilândia. Há pequenos locais arborizados, mas não uma grande praça para convivência. Cito aqui um local próximo ao

Córrego Bananal, perto da estação da Elevatória da Sabesp, na Av. Cantídio Sampaio.

Também na questão da Cultura, pedimos a criação do teatro CEU Paulistano, que já era para ser construído há muitos anos. Não temos nenhum teatro na região, nem na Freguesia e nem em Brasilândia; também nenhum cinema, museu ou centro de memória.

Na região da Freguesia do Ó tem um processo já existente, que seria a transferência da Subprefeitura para a sua jurisdição de origem, no sentido de aproximar seus moradores da sede da Prefeitura. Hoje ela se encontra na Casa Verde/Vila Nova Cachoeirinha e não na Freguesia do Ó. Então seria necessária essa transferência para nossa jurisdição.

Na questão da Cultura, pedimos uma requalificação e valorização do Centro Histórico no Largo da Matriz Nossa Senhora, com melhorias e projetos de paisagismo no seu jardim da praça, criação do Centro da Memória, valorização do mirante e do comércio local, como um polo de turismo econômico da região. Não sei se é a Vereadora Adriana que, me parece, faz parte do Conpresp, poderia ajudar nesse processo.

Por fim, quero falar da questão do Orçamento Participativo. Eu acho que deve ter um *feedback* para a população, um retorno para a população dessas propostas, que trabalhamos junto com os senhores da Câmara, enfim, retornar para a população. Não sei se já existe esse mecanismo, mas poderia ter. Se realmente estão sendo aproveitadas as nossas propostas e o quanto disso é aproveitado no Orçamento Participativo, para não parecer um mero processo legislativo, um cumprimento da lei para que a população sinta que está sendo valorizada, realmente, nessas propostas no Orçamento Participativo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito obrigado, Sr. Rui César.

Consulto os Srs. Vereadores e a Vereadora Soninha, se querem fazer uso da palavra, em algum momento, se não, sigo com as inscrições. (Pausa)

A SRA. SONINHA FRANCINE – Pode seguir mais um pouco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Com a palavra o Sr. José Romeci de Andrade (Ausente). Sr. Ricardo Lovaglio Bezerra (Ausente). Sra. Fernanda Silva (Ausente). Sra. Andréia Cristina Felizardo (Ausente)...

O SR. RICARDO LOVAGLIO – Bom dia, Presidente. Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Com a palavra o Sr. Ricardo Lovaglio.

O SR. RICARDO LOVAGLIO BEZERRA - Bom dia, Presidente, bom dia a todos.

Serei bem breve, gostaria apenas de perguntar aos Vereadores da Comissão se vai haver aquelas comissões temáticas? E se a Secretaria de Direitos Humanos, Subprefeituras irão participar. Estou vendo muita gente da Cidade de Ademar e Brasilândia. Então seria interessante ter as reuniões das Subprefeituras tudo separado, do que uma só.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Era só isso, Sr. Ricardo? Neste momento da LDO, não, mas no processo de construção da Lei Orçamentária, teremos audiências temáticas e regionais. Hoje a gente discute apenas as diretrizes para todo o Orçamento.

O SR. RICARDO LOVAGLIO BEZERRA – OK. Mas vai existir as temáticas?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim, a partir de outubro, porque o Orçamento chega no dia 30 de setembro. E a partir de outubro, organizamos as audiências temáticas por regiões.

Com a palavra a Sra. Fernanda Silva (Ausente). Sra. Andréia Cristina (Ausente). Sra. Daniela Passos (Ausente). Sra. Regina de Fátima (Ausente). Sra. Terezinha Vanderlei. (Ausente). Sra. Welleyene Gomes Bravo (Ausente). Sr. José André Faria Basílio (Ausente).

Com a palavra o Sr. Geraldo Salvador.

O SR. GERALDO SALVADOR – Bom dia a todos. Estou como representante legal de uma organização social na zona Sul de São Paulo. Gostaria de me ater à questão da LDO falando sobre as organizações.

Percebemos que os Governos Estadual e Municipal, e aí, positivamente, têm se preocupado bastante com a sobrevivência das empresas e de vários outros equipamentos em relação à pandemia. Com relação às Organizações Sociais, percebemos que foi dada para nós a atenção que a gente merecia. As organizações possuem bem, como qualquer empresa...

- Falha na transmissão.

O SR. GERALDO SALVADOR – ...fazem com que ela se mantenha viva, poder se

conveniar com a Prefeitura e juntos fazer a gestão de serviços na área da Educação, Assistência Social, Cultura e outros. Nós vivemos, a grande maioria, de eventos, festas e doações, que de março para cá, foram praticamente zerados. Não temos nenhuma ação ou possibilidade de realizar nenhuma dessas atividades... E a nossa sobrevivência financeira está difícil e a gente precisa é - o ano ainda não terminou – de uma que possa ser para nós também.

Quero parabenizar o Secretário Bruno Caetano, da Educação, que tem feito um trabalho maravilhoso junto às parcerias, porque a gente tem...

- Falha na transmissão.

O SR. GERALDO SALVADOR – A Berenice, na Assistência Social. Mesmo assim, quero solicitar que aumente para nós com relação...

- Falha na transmissão.

O SR. GERALDO SALVADOR – Quero aproveitar, tenho três proposições para a LDO de 2021. Primeira: eu preciso saber, vamos colocar o seguinte: a Secretaria de Educação passa para as organizações, em todos os seus projetos conveniados, um valor adicional que seria entendido como uma 13ª parcela no valor que ela recebe para tocar aquele serviço, aí a proposição primeira é que a SMADS também possa pensar e olhar com essa mesma forma as organizações e venha a instituir oficialmente o repasse da 13ª parcela das organizações, que elas possam cumprir quando chega o final do ano as responsabilidades.

O segundo pedido é a recomposição salarial, porque eu não sei precisar qual é o ano, mas há quase 10 anos, oito anos, os dissídios não foram repassados pela Prefeitura às organizações na sua totalidade. Nós estamos numa defasagem hoje em torno de 12,8% do dissídio que foi passado pelo sindicato à categoria que trabalha nessa área e que as organizações tiveram que diminuir os valores que elas tinham, e tiveram até de procurar outras fontes para poder arcar com o dissídio. Nós tivemos aí um ano que o dissídio foi em torno de 9 ou 8 e a Prefeitura passou só 5%. Então, seria interessante rever ou prever na LDO a recomposição dessa perda, durante esses anos.

Por fim, nós, dentro do Decreto 57.575, seria interessante, aí é uma proposta inovadora nossa, poder incluir a possibilidade de as organizações poderem apresentar 10% de taxa administrativa, dentro do valor que ela recebe para gerir o projeto. Se a gente levar em conta que as organizações não são obrigadas a repassar uma contrapartida financeira, e, se nós levarmos em conta que seu custo fixo administrativo é para atender a todas as exigências legais e a própria Prefeitura ou Governo Estadual fazem para que ela possa assim assumir o convênio com ele. Seria interessante que, dentro de toda a possibilidade que estudassem a possibilidade de permitir que nós pudéssemos apresentar 10% de taxa administrativa dentro dos serviços conveniados.

Eu fico por aqui, obrigado por terem me ouvido. Estou à disposição para qualquer colocação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, tem a palavra a Sra. Wellyene Gomes Bravo.

A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO - Bom dia para todos. Eu queria fazer duas colocações. Primeiro eu ouvi e concordo plenamente com as colocações dos Srs. Vereadores com relação a melhoria de transparência nessa questão de riscos, na gestão de riscos que foi apresentado na LDO. Nesse mesmo sentido, eu vi que tem toda uma parte de isenções, remissão, anistia e diversos itens que tratam sobre a parte tributária, que é a parte de arrecadação. Então, eu tenho o mesmo entendimento como munícipe, que é necessário uma melhoria na transparência dessas informações dentro da LDO. Não sei se dentro do parâmetro que foi colocado para gestão de risco, mas, de alguma outra forma, que fique mais transparente para os munícipes quais são esses imóveis, quais são essas empresas, quais são esses serviços, apesar da lei estar especificando serviço cultural, serviços disso e daquilo. Acho que nós, como munícipes, temos de conseguir acessar, olhar para o meu vizinho aqui e saber se ele tem algum tipo de isenção de IPTU, por exemplo, porque é uma forma de a gente ajudar na fiscalização desses orçamentos. A gente sabe que tem muitas situações que acabam sendo falhas dentro da administração pública e pessoas que não têm direito a essas isenções

e imunidades ou incentivos elas acabam recebendo. Mesmo essa situação de incentivo, acho que é direito do munícipe saber, se uma praça está sendo tratada por uma empresa, qual é a isenção? Qual é o benefício que ela está tendo. Acho que tem que ter essa transparência maior e dentro da LDO temos que conseguir enxergar isso da mesma maneira, como os senhores pediram em relação à gestão de riscos.

Uma outra preocupação que eu vi na LDO foi em relação ao PPA 2018/2021 onde há previsões de valores muito baixos em relação a Assistência Social, a requalificação, reequipar equipamentos de Assistência Social, de uma maneira geral. Então, eu acho que é muito importante nessa LDO que se preste muita atenção com esses itens da Assistência Social, exatamente em decorrência dos reflexos que a pandemia vai trazer na sociedade. Então era isso. Muito obrigado.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, tem uma inscrita que já foi chamada lá atrás, mas ela está presente na sala no momento. É a Maria Angélica Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então, tem a palavra a Sra. Maria Angélica de Oliveira.

A SRA. MARIA ANGÉLICA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos e a todas, principalmente aos que estão dirigindo essa audiência pública, a qual considero de extrema importância para o conjunto da sociedade. Estou aqui no Raposo Tavares, Distrito da Subprefeitura do Butantã, e já tive colegas falando e estou, enquanto membro do Conselho Municipal Participativo do Butantã e também do Conselho Municipal de Segurança Nutricional e Alimentar.

Então, eu venho hoje trazer um pouco as necessidades e as demandas desses dois lugares. Enquanto CPM do Butantã, nós gostaríamos de colocar que os Srs. Vereadores, através da Comissão de Finanças e Orçamento, considerassem e respeitassem a decisão dos munícipes a qual estão ainda em processo de votação. Então foi um trabalho feito a muitas mãos, a participação e engajamento de muitos movimentos: meio ambiente, segurança alimentar, infância e adolescência, e, na questão da segurança alimentar, nós viemos com a

perspectiva do pós-pandemia por que de março até agora julho nós percebemos a grande lacuna que é a presença do poder público dando respostas para as periferias.

Então, aqui no Butantã, se criou um comitê de crises, de ação nas periferias e comungando com outras periferias nas regiões da Cidade e nós percebemos a grande lacuna. A sociedade civil e o movimento organizado têm dado minimamente respostas para essas periferias. Então, gostaria de deixar isso muito claro que no pós-pandemia o olhar para a produção de alimentos na Cidade, através das hortas urbanas, dos projetos que estão aí nos conjuntos habitacionais, nas áreas periféricas que fosse fomentado. E, para garantir isso, que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho possa articular junto às Subprefeituras todo um trabalho e com supervisão daquele lugar, que é o Conselho Municipal, que tem essa expertise de desenhar o Plano Municipal de Segurança Alimentar. Então trago esse recado, esse pedido aos senhores, que considerem as propostas de todas as Subprefeituras que trouxeram essa questão da alimentação da qualidade e da quantidade que seja produzido na nossa Cidade.

Muito obrigada. Era esse o recado que eu trouxe para vocês hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o senhor Diogo Cardoso.

O SR. DIOGO CARDOSO - Bom dia a todos. Eu me chamo Diogo, sou do Jardim 7 de Setembro, da região do Grajaú, o extremo sul de São Paulo, próximo a Parelheiros, uma região com pior IDH da cidade de São Paulo. Infelizmente estamos em terceiro lugar nos índices, nos casos de coronavírus, aqui na região. E eu venho hoje pedir para os nossos Vereadores, cumprimentá-los pelo trabalho que também fazem aqui na zona sul de São Paulo, ao Vereador Ricardo Nunes e a todos aqui da zona sul, porque nós precisamos ter um olhar para o Grajaú. O Grajaú é distrito mais populoso da cidade de São Paulo e é a região mais carente da zona sul, faltam olhares para cá, principalmente, a demanda da nossa região, que é a criação da Subprefeitura do Grajaú. É uma demanda antiga, tanto do Conseg Jardim Myrna, quanto das lideranças comunitárias que fazem um trabalho fenomenal aqui. Nós também temos uma solicitação que a criação do CEU Grajaú. Nossa só temos aqui o CEU Três Lagos,

é uma solicitação antiga da população que já foi prometida na gestão anterior do Fernando Haddad e não foi feito, não saiu do papel a questão do CEU Grajaú. É um distrito populoso que precisa ter um olhar maior das nossas autoridades, do poder público. E também outra reivindicação que nós precisamos é referente ao parque linear Ribeirão Cocaia. Nós temos parques aqui na região, parques muito grandes que são fechados, ou senão, são esquecidos. Vemos vários investimentos no Parque Ibirapuera, Parque do Povo, e aqui, a zona sul, o fundão da zona sul. Nós precisamos de espaços culturais, então eu quero pedir para os nossos nobres Vereadores, que no orçamento do ano que vem, tenham um olhar para as regiões com pior IDH da cidade de São Paulo. Nós somos o pior IDH e cadê o investimento para cá nessas áreas que eu falo? Que é educação, saúde e assistência social, que nós precisamos tanto para o Grajaú. A região do Grajaú engloba vários bairros. E aí eu gostaria de fazer essa solicitação para todos os Vereadores: olhem para o Grajaú.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Adilson Araújo.

O SR. ADILSON ARAÚJO – Primeiramente, quero reforçar os votos da finalização do túnel da Avenida Cecília Lottenberg, então pelo meu entendimento não depende do Orçamento, porque ela tinha uma verba que é do projeto Habitar Roberto Marinho.

Segundo, a fala do Vereador Ricardo Nunes, aquela planilha das OSs, não só da Educação, mas da Saúde e outros setores extremamente necessária essa justificativa da planilha de custos. E outro termo é o asfalto, na Chácara Santo Antônio, na região que nós dependemos de esgoto e fazer canalização; isso já era para estar no Orçamento há muito tempo, e não foi incluído. Então, pedimos para que seja incluído no Orçamento, aproveitando aqui o nosso Vereador Ricardo Nunes e o próprio Rodrigo Goulart, que são da região. E cumprimento os demais Vereadores, o Presidente, o Netinho. Basicamente é essa a minha fala. Obrigado. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Adilson. Próximo inscrito, Sr. Magno Amaral. (Pausa) Ausente. Sr. Luiz Cesar Ambrósio. (Pausa) A minha lista se encerra nessas pessoas, mas sei que 2 pessoas pediram inscrição. Quero saber se há alguém na sala

que não foi chamado e gostaria de fazer uso da palavra por 3 minutos. (Pausa)

O SR. OSNI – Eu gostaria, Donato. Meu *chat* está fechado.

O SR. RODRIGO – Eu também. Estou na lista em 61º.

O SR. RENATO – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então, Osni, Rodrigo e Renato. Tem a palavra o Sr. Osni, por 3 minutos.

O SR. OSNI PANDORI – Bom dia a todos. Esse novo formato que aconteceu é interessante. Nós da Penha participamos, apesar de não ser possível, entre aspas, a modificação das propostas. Sou membro do Conselho Participativo, estou já no terceiro mandato. Infelizmente, nós não pudemos alterar nem juntar, porque foi deixado para que a população participasse. Então, dentro das nossas propostas temos algumas - e já fomos enganados por diversas vezes -, como a construção de uma UPA e até do Hospital Alexandre Zaio. Tivemos reunião anteriormente com a Secretaria de Saúde, foi até proposto um prédio, que saiu do computador, mas não foi feito. Então, essa é uma das propostas que a gente gostaria que fosse contemplada nesse Orçamento para o ano que vem.

Também, apesar de a Prefeitura não gostar, temos o Parque Linear de Boturussu, que é uma área extensa e propícia. Temos lago, temos peixes, e a Prefeitura não põe um dinheirinho ali para que seja implantado um parque, uma área de lazer e uma área de preservação.

Essas são duas situações que precisamos que sejam incentivadas pelos Srs. Vereadores. Infelizmente, talvez esse olhar não seja direcionado para a Penha, que é um distrito do qual a maioria dos Vereadores talvez não seja próxima, embora seja um bairro antigo, histórico, com muitas necessidades. São estas as duas solicitações: o Parque Ponte Rasa, de que precisamos, e o Hospital Alexandre Zaio. Se não aumentado o hospital, que pelo menos seja construída uma UPA, direcionando-se uma verba para isso.

Há outra coisa que eu gostaria, Donato, de ver esclarecida pela Comissão de Finanças. Nós temos algumas propostas e algumas informações sobre um projeto do BID, de

financiamento. Eu gostaria de saber como a gente pode conhecer melhor esse financiamento visto que nós temos o dinheiro do BID para uma unidade básica de saúde, a ser construída numa área na Penha, junto ao Mercado Municipal, num prédio público que está há 30 anos desativado. Solicitamos que fosse construído lá, mas parece que há muitos entraves. Eu gostaria de um esclarecimento dos Vereadores sobre o que acontece e como a gente pode ter acesso a isso para que a gente não perca essa oportunidade.

Era isso. Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Osni. Nós podemos solicitar as informações do BID à Secretaria de Saúde, que é quem coordena a implantação do projeto. Nós podemos fazer isso e informar o senhor, mas podemos convidar o Secretário de Saúde para falar sobre o programa do BID também.

Seguindo as inscrições, tem a palavra o Sr. Rodrigo Andrade.

O SR. RODRIGO ANDRADE – Bom dia a todas e a todos. Quero dizer que essa pandemia, apesar das coisas ruins e das mortes que nos trouxe, ela também escancarou coisas horríveis, que necessitam ser trabalhadas com urgência. Acho triste e vergonhoso, como cidadão de São Paulo, que estejamos em uma das maiores cidades da América Latina, se não do mundo, e saibamos que não temos 100% de saneamento básico, como citou o rapaz do Grajaú e outros. É algo muito básico.

Eu, como trabalhador da cultura, também fico muito triste pela demora das providencias emergenciais, pelas quais já batalhamos há tanto tempo. Já estamos em julho, e muito pouco se conseguiu encaminhar. Fico triste porque, apesar (falha na transmissão), não temos sequer um cadastro decente, um mapeamento dos trabalhadores da cultura na Cidade para pensar como se atingir a todos. O pouco que a gente tem atende só agentes e produtoras. Então, mais do que providência emergencial, é necessário a gente iniciar o quanto antes um cadastro decente dos trabalhadores da cultura – citando a minha área – e incluir um mapeamento, para que a gente tenha noção de quanto isso impacto na Cidade e também como poderemos atender. Estivemos em diversas reuniões e vimos que existem muitos

trabalhadores informais e que realmente necessitam de um auxílio emergencial neste momento.

O próprio Vereador já disse algumas vezes que o Executivo dialoga muito bem, mas não se consegue ver a execução. Então, precisamos mais do que diálogo. Temos um grupo de trabalho que já começou um estudo de como fazer esse cadastramento, um grupo da Subcomissão de Cultura, da qual faço parte. Apelamos para que isso se inicie o mais rápido possível porque a emergência está ficando para trás, e não sei dizer o que vem depois, já que a emergência está demorando tanto para ser atendida.

Era isto: só chamar a atenção para o fato de que a gente precisa iniciar o mais rápido possível e de que já temos um grupo de trabalho com uma proposta para o início desse mapeamento e cadastro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Rodrigo. O último inscrito é o Sr. Renato.

O SR. RENATO – Bom dia a todos e a todas. Sou da capoeira, represento também o GT da Capoeira e faço parte da Subcomissão de Cultura. Fui contemplado na fala dos outros colegas e também do Rodrigo. Vou focar na cultura, pois sou trabalhador desse segmento, além de trabalhar com a cultura negra, com a capoeira.

Acabei de receber uma nota sobre a suspensão temporária da minha Aba, da minha casa. Eu, como trabalhador da cultura, estou sem receber desde março e não consegui acessar o auxílio emergencial. Mesmo assim, os cortes e as cobranças continuam acontecendo. Esse auxílio emergencial deveria ser para ontem. Tive que conversar com o funcionário da Sabesp, que veio para cortar o fornecimento da água. Eu disse a ele: “Como é que eu vou pagar se nem estou recebendo?”. “Estamos em momento de isolamento social, e todos os cortes, pelo que sei, foram suspensos. Então, como é que vão cortar água?”. Ele então me deu uma nota e me mandou assinar.

Isso que está acontecendo comigo deve estar acontecendo muitos trabalhadores da cultura. Sabemos que há o PL 343, que prevê auxílio emergencial do Município para a área

da cultura, mas ele não anda. Também há a questão da organização por parte da Secretaria para montarmos uma Comissão para fiscalizar a Lei Aldir Blanc; aí, sai o decreto do Bruno Covas dizendo que só haverá 5 representantes da sociedade civil e 7 do Estado. Então, já há uma desigualdade. Na verdade, só 5 não são suficientes para representar todos os movimentos culturais que neste momento de pandemia estão passando dificuldades, como no meu caso.

Fica aqui a minha indignação em relação ao que está acontecendo, ao descaso da Secretaria com os trabalhadores da cultura. Sabemos que o Orçamento de lá está parado, e eles não repassam realmente para os trabalhadores da cultura. Então, fica essa nossa reivindicação por mais clareza, por mais respeito aos trabalhadores da cultura, porque não recebemos o auxílio emergencial do Município. Sai do Governo federal o auxílio da Lei Aldir Blanc, então agora cabe a nós montarmos uma Comissão para fiscalizar a aplicação dessa lei para que o auxílio realmente chegue aos trabalhadores da cultura e ao pessoal da ponta, que são os que realmente estão precisando. Termina aqui a minha fala. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Renato. A lista de inscritos encerrou. Passo a palavra ao Vereador Ricardo Nunes. Depois, Soninha Francine, Rodrigo Goulart e eu. Aí, passaremos às considerações finais dos convidados. (Pausa) Soninha Francine com a palavra, enquanto o Vereador Ricardo Nunes resolve o problema com o som.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Vereador Donato. É difícil, depois de ouvir quase 50 participações, literalmente, não querer responder a muitas delas. Quero dizer que, por um lado, o fato de esta audiência pública ser a distância, para evitar proximidade entre as pessoas, acaba até permitindo até que outras pessoas participem. Não estou dizendo que todo mundo tem acesso à internet, sei muito bem que não, inclusive precisamos aprovar uma lei aqui na Casa para melhorar a distribuição de antenas pela Cidade. Ao mesmo tempo em que muitas pessoas não têm acesso a internet, muitas não estariam presentes no Viaduto Jacaré se esta audiência pública fosse realizada nos moldes tradicionais, e é bom ver aqui pessoas com quem não estamos muito familiarizados de ver na Câmara Municipal nesse

processo.

Toda discussão de LDO é mais chata porque a LDO é uma proposta mais chata, mais técnica, mais de meio do que de fim, mais de processos e de parâmetros do que de decisão mesmo sobre para onde vai o dinheiro no final das contas. Alguém perguntou, e sim, ainda tem muito chão pela frente, aliás, todo o chão pela frente na discussão da Lei Orçamentária do ano que vem, quando, aí, sim, todas as áreas, regiões, pastas...

Reportando-me diretamente a alguns dos comentários feitos, não concordo com a avaliação que está havendo um desmonte na cultura nem que o dinheiro está lá e a Secretaria não usa porque não quer. Estamos muito longe disso. Aliás, essa é uma frase que descobrimos. Quanto mais mergulhamos na Administração Pública, mais descobrimos que a frase “o dinheiro está lá, é só querer gastar” não é verdade de várias maneiras; ou não é verdade achar, por exemplo, que pelo fato de o Orçamento público ser autorizativo, como foi dito, os governantes têm muita liberdade para decidir o que fazer com o dinheiro.

Na verdade, 80% do Orçamento já vêm com destino determinado. A parte livre para a decisão do gestor, do governante é muito pequena. Falo isso como alguém que um dia quer ser prefeita e que já foi subprefeita e descobriu que de 26 milhões de Orçamento no ano, que era uma porcaria, eu só podia usar 3 milhões como eu quisesse. Então, com todos os planos, todas as decisões, todas as participações, sobravam 3 milhões para decidir o que fazer. Estou falando da Subprefeitura da Lapa, estou falando de 2009, muita coisa já mudou de lá para cá, mas a parte livre do Orçamento realmente é muito pequena.

Concordo muito com a fala em relação ao Córrego da Água Podre, porque esse é um dos muitos casos que, se a gente não andar, o dinheiro já gasto vai sendo perdido, vai sendo jogado fora, porque ali foi investido muito, como disse aqui o Sr. Cesar Pegoraro, sobre desapropriação e realocação de famílias, que estão até hoje no aluguel, no auxílio-aluguel, esperando a produção de unidades habitacionais. Em não sendo feitas, se enseja uma nova ocupação da área. O córrego vai desbarrancando, vai assoreando. Enfim, isso explica inclusive que o investimento em educação é muito importante para obras de saneamento. Em alguns

lugares, quanto à obra de saneamento, nos moldes tradicionais, tenho até questões em relação a isso. A rede coletora de esgoto não chega lá, porque a cidade formal não está instituída em condições que permitia isso.

Em relação à fala do Tribunal de Contas e também do Vereador José Police Neto, que se reportou a isso, eu discordo do juízo de valor, de que é notória a baixa transparência da Prefeitura. Acho isso um juízo de valor equivocado. Não é a falta de outros códigos de fonte que permite necessariamente o melhor rastreamento da aplicação dos recursos. Sim, com mais códigos de fonte, a gente consegue entender melhor de onde veio o recurso aplicado.

Eu entrei aqui na portaria 394/2020, da Secretaria do Tesouro Nacional, e ali, na verdade, especificam-se quatro fontes de recursos do SUS, SUS proveniente de convênios e SUS proveniente de emergencial. A gente pode até aplicar essas subdivisões das fontes de recursos federais, estaduais etc., mas não é isso que vai ajudar nem a compreensão do orçamento pela sociedade - é uma obsessão que eu tenho - e nem a verificação, de fato, para onde foi o dinheiro. Então, a gente consegue saber quanto foi para o Hospital de Campanha do Pacaembu. Desse valor, quanto veio do que a Câmara abriu mão e quanto veio da transferência do governo federal, da anulação de uma dotação? Isso sim é mais complicado. Então, sim eu quero especificar muito mais o orçamento, mas a gente já discutiu muito aqui como é difícil especificar isso, na fase da elaboração, e como é possível. Faz toda a diferença do mundo especificar na fase da execução, porque, em muitas despesas e muitos investimentos, não conseguimos delimitar, falando: “Eu estou colocando esse dinheiro aqui, que vai para esse lugar da Cidade, especificamente”. Falo isso porque há dotações que são muito abrangentes, dotações que são muito grandes no volume de recursos e envolvem milhões de ações diferentes, ações de políticas públicas, que vão desde obra de acessibilidade até outros tipos de intervenção.

Então, eu insisto no que já vem sendo dito faz tempo nessa comissão. Já foi proposto, em substitutivo da Comissão da LDO, em outros anos e não foi acatado. A consultoria técnica da Comissão de Finanças praticamente suplica para que isso seja feito, que

criemos um padrão de identificação de gastos na fase de empenho, que permita que a gente faça a visualização, tanto regional quanto do tipo de gasto. Por exemplo: O que é gasto com política de criança e adolescente? É difícil identificar na origem. Quanto da política de criança e adolescente é despesa do Hospital da Brasilândia, na origem? Depois que se faz o gasto, aí é mais fácil identificar: “Isso aqui foi para a área da infância. Isso foi para a área da saúde da mulher. Aquilo foi para a área do idoso”.

Então, a gente precisa sim evoluir nisso. Uma parte é mais complicada e outra nem tanto. Assim como há as portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, é preciso ser baixada alguma portaria ou uma coisa assim da Secretaria da Fazenda, que obrigue a padronização das observações nas notas de empenho, com referências ao local do gasto, seja numa subprefeitura, seja num distrito, seja com gasto mais abrangente e quanto ao tipo de gasto realizado, seguindo determinadas categorias básicas de classificação, como eu disse, sobre recordes populacionais e criança e adolescente,

Essa construção do orçamento criança é antiquíssima e a gente ainda não conseguiu isso, embora, na política municipal da primeira infância, esteja sendo feito um trabalho nesse sentido. Ainda bem.

Mas quanto São Paulo gasta com idosos, juntando Saúde, Assistência Social e Educação, inclusive? A gente não acha isso no orçamento e nem na proposta. Entendo que seja mais difícil. Também não se acha uma execução, e a gente precisa caminhar nesse sentido. Fica mais claro e mais transparente para nós, da fiscalização, e para a população, de modo geral.

Já temos uma avaliação de qual reforma tributária será aprovada? É claro que é como tentar avaliar o resultado de uma ação judicial. Seja qual for, a gente já sentiria impactos no ano que vem ou não? Ela não vai nos atingir ainda? Já há uma previsão de quanto volta para os fundos que foram desvinculados no enfrentamento da pandemia? Isso afeta, por exemplo, a Água Podre e obras de habitação e saneamento, que teriam recursos do Fundurb, do FMSAI, e a gente desvinculou tudo para pandemia. Já há uma ideia de quanto recurso

voltará para esses fundos, para que retomemos os investimentos em Habitação e Saneamento?

Faço um apelo para a Câmara, para que a gente vote o PIU Leopoldina, porque é uma forma de se obterem recursos do setor privado, para fazer investimentos na área pública.

Muito obrigada, Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Queria iniciar falando para todos os participantes. A nobre Vereadora Soninha falou bem que a LDO é complexa. Ela é meio, não é fim. Ela vai dar diretrizes para o orçamento. Aí sim será o meio quase fim, de determinar como vai se chegar a peça orçamentária e quais serão as prioridades da Cidade, com investimentos.

O orçamento do ano que vem - e a LDO tem essa função, de dar diretrizes para um orçamento - será um orçamento muito diferente do que o padrão, por conta de toda a pressão que houve, da queda da atividade econômica, por conta da pandemia. A gente tem uma preocupação grande com relação ao resultado primário. É a relação da arrecadação com o gasto. Então, o que está apresentando a Fazenda, com relação ao resultado primário, é um *déficit* de 6,7 bilhões. Não é pouco. É muita coisa, como resultado nominal de nove bilhões. Não é pouco. É muita coisa. Isso pode impactar em todas as ansiedades que a sociedade tem, e a gente teve participação desde Brasilândia, Cidade Ademar e Grajaú. A Cidade toda está preocupada com as questões.

O que a gente pretende fazer? Manter uma situação de menor impacto possível. Por isso, há essa preocupação dos riscos fiscais e das despesas e as questões da meta fiscal e de se melhorar o desenho das fontes de recurso. Essa é a introdução.

Com relação ao que se falou bastante, sobre a questão da transparência e da regionalização, eu me lembro de que, na alínea h do artigo 19 da LDO, já está prevista a apresentação do orçamento de forma regionalizada. Eu vou me sentar com a nossa equipe, que é muito boa, e com a comissão, para talvez melhorar a redação, só para dar uma resposta

a vários questionamentos que foram feitos com relação a essa situação.

Creio que há outra coisa que a gente pode melhorar. Vou dar um exemplo aqui. O Sr. Presidente Donato está muito lá nessa região e representa muito bem o Hospital de Campo Limpo. Hoje há a situação de uma proposta, de efetivação de se passar o Hospital do Campo Limpo para uma OS. O que a gente vai pretender fazer como redação da LDO? Que haja um mecanismo para que a população possa fazer a sua avaliação, dizendo: “O modelo anterior custava tanto, fazia tantos atendimentos e agora, com esse modelo, nós vamos ter um custo ‘x’, que pode ser maior ou pode ser menor”. Enfim, que se possa fazer uma relação do que efetivamente está sendo feito em serviços para a Cidade.

Então, eu creio que isso seja importante. O Executivo tem ciência disso. O Sr. Vicente precisa anotar, com muita propriedade, que é importante saber da população o que lhe melhor interessa, de um modo ou de outro, e qual é o custo e o benefício que será gerado *per capita*. Essas são as observações que a gente vai tentar avançar mais aí nessa questão de dados, de informações para a sociedade, por meio da peça orçamentária.

Quanto à demanda judicial, a gente já falou bastante. É algo preocupante. A gente avançou bastante com o Dr. Vinicius. A gente pode melhorar. Vou tentar fazer com ele uma redação melhor, enfim, para dar tranquilidade para toda sociedade que está participando acerca do trabalho desta comissão.

Eu tenho um orgulho muito grande. Desde que sou Vereador, participei da Comissão de Finanças, com exceção do ano passado, porque estava na CCJ. A Comissão de Finanças tem prestado um serviço muito grande para a sociedade, neste ano, senda presidida pelo Vereador Donato. Então, a gente tem feito um trabalho gigantesco. Há Vereadores muito participativos; e a gente está ali sempre cobrando do Executivo as ações, sempre acompanhando. Hoje o Executivo sabe que a Comissão de Finanças fica *pari passu* acompanhando todas as ações. Então, entendo que o Executivo vê isso de forma positiva, porque ninguém está ali para prejudicar, mas simplesmente fazer a voz da população, cobrando, como está sendo executado e como estão sendo feitas as questões. O Sr. Vicente,

que está responsável pela peça orçamentária, falou comigo algumas vezes. Então, há preocupação com esse trabalho conjunto entre o Legislativo e o Executivo.

Enfim, passo essas premissas para toda a população, que está nos vendo e ouvindo. A Comissão de Finanças tem uma dedicação enorme com relação a todas essas questões do orçamento.

Agradeço a participação de todos. É muito gratificante para nós, Vereadores, ver a participação das pessoas nas audiências. Não haveria sentido a gente estar aqui, representando a sociedade e fazendo leis - quando a gente faz leis a gente define a vida das pessoas - e elas não participam e não dão suas sugestões e opiniões. Então, isso é muito gratificante. Não há coisa melhor do que a gente fazer as audiências para a participação popular. A gente gosta muito de ouvir. Eu posso falar em nome dos Vereadores Donato, Soninha, Isac, Adriana, Ota, Atílio, Ricardo Teixeira, Rodrigo Goulart, enfim, todos os membros da comissão. Sempre temos falado entre nós que é uma alegria muito grande escutar as pessoas. Agradeço muito a participação de todos. Tenham certeza de que a gente vai fazer o melhor possível, para entregar uma LDO que seja o reflexo da vontade da sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, nobre Vereador.

O SR. JOELMIRO – Eu fiz uma inscrição ontem e não tive acesso. Posso então usar a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Joelmiro.

O SR. JOELMIRO – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores Ricardo Nunes e Soninha Francine e todos os presentes. São duas perguntas. Uma delas é: “Por que não vejo nada referente ao fundo para a pandemia do cadastro da LDO?” A outra é: “Haverá ajuda aos artistas da periferia, como hip hop, como renda emergencial?”

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sr. Joelmiro, obrigado pelas perguntas. A gente está trabalhando essa questão. Há a Lei Aldir Blanc. A gente tem reunião da Subcomissão de Cultura amanhã, às 10 horas, e a gente pode aprofundar esse debate nessa

reunião amanhã. O senhor já está convidado.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, eu posso fazer uma complementação muito rápida?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, quero só informar para as pessoas que, quando nós votamos e foi, por unanimidade, praticamente, a lei que autorizou o Executivo a utilizar as fontes de recurso, por conta da pandemia, uma das emendas inclusive foi ideia na Comissão de Finanças, que foi apresentada, no projeto, dizendo que a Prefeitura era obrigada, no prazo de 48 horas, colocar, no *site*, todas as despesas gastas com a pandemia. Essa emenda não foi vetada. Ela foi acolhida e sancionada. Portanto, é uma lei que saiu desta Casa, da Câmara dos Vereadores, obrigando o Executivo a publicar todos os gastos na internet. Só para as pessoas verem que a gente está ali atento também, que não está largado, o CTEO nos manda semanalmente a planilha com todos os gastos, os empenhos dessa área e, às vezes, as pessoas não têm noção do que é o nosso dia a dia aqui.

Então, queria deixar isso ressaltado, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Ricardo.

Vereador Rodrigo Goulart com a palavra.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde a todos os Vereadores, a todos os munícipes que estão participando desta audiência pública. Eu fui relator da LDO no ano passado e eu tenho certeza de que o Vereador Ricardo também fará mais um brilhante trabalho como relator da LDO neste ano. A matéria do ano passado foi muito discutida e eu acho que muitos dos Vereadores que hoje compõem a Comissão de Finanças participaram das discussões do ano passado. Houve vários avanços, mas, infelizmente, muitos deles não sancionados pelo Poder Executivo. Porém, tenho certeza de que buscaremos o melhor entendimento também neste ano para que muitos desses avanços sejam colocados em prática na LDO de 2021.

A partir deste ano, inclusive, houve um projeto de lei apresentado por mim nesta Casa, que foi sancionado e, a partir deste ano, esses dados de quanto se recolhe e quanto se reinveste desses impostos regionalmente já são inseridos num sítio eletrônico da própria Prefeitura; isso depois eu vou pedir à Comissão de Finanças que envie a cada um dos participantes desta audiência, que está sendo bem representativa, com mais de cem participantes, pelo que consegui acompanhar em algum momento. Com certeza, todos terão oportunidade de terem inseridas as suas observações neste relatório, que iremos discutir. Nós teremos várias contribuições.

Tanto o relatório do ano passado como este se pautaram pela transparência e contaram com o trabalho primordial da CTEO, que me auxiliou no relatório do ano passado, e no deste ano eu também vou submeter todas as minhas contribuições à avaliação do relator.

Dos programas continuados, ao qual nós devemos ter uma atenção especial, foram vários os exemplos dados, mas principalmente em relação ao CEU Cidade Ademar. Depois de muita discussão com o relator do Orçamento deste ano, o Vereador Atílio Francisco, nós conseguimos inserir no Orçamento uma verba de 30 milhões para a construção do CEU Cidade Ademar. Foi remanejado esse recurso logo no início do ano, mas não parou de ser trabalhado esse projeto. Juntamente com a Secretaria de Educação, nós avançamos bastante, e tenho certeza de que teremos anunciado para a população o tão sonhado CEU Cidade Ademar e de toda o Sul da zona Sul em breve.

Além do CEU Cidade Ademar, há vários outros CEUs, outros córregos e outras obras de projetos continuados, mais caros, aos quais nós temos que ter atenção em todas as LOs e Orçamentos. Para se ter uma ideia, desde 2011 é aprovada por nós uma emenda de Orçamento para que seja construído esse CEU. Então, é uma luta e um sonho nosso e de toda a comunidade, assim como o de todos os outros Vereadores de todas as regiões da Cidade.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado e um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Rodrigo.

Como eu sou o último inscrito, eu queria fazer duas questões para o Dr. Vinícius e, depois, algumas questões para o Vicente.

Dr. Vinícius, há duas decisões, uma do STJ, que veda a cobrança do valor venal de referência do ITBI, que é diferente do valor venal do IPTU, e já está nos últimos recursos. Eu gostaria de saber qual é a situação dela, porque isso tem um impacto financeiro que não é pequeno, eu imagino.

Também há outra decisão do STF sobre a vedação de lei municipal que desenquadre sociedades uniprofissionais, e nós vemos aqui nas isenções, enfim, na perda de arrecadação de ISS; esse é um item bastante importante para o qual nós precisaríamos ter algum tratamento que faça justiça fiscal, porque nós tratamos igualmente pequenos escritórios e gigantes multinacionais. Então, eu gostaria de...

O SR. RICARDO NUNES – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois não, Vereador Ricardo?

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, como é tão importante, eu não consegui pegar direito a parte do uniprofissional. Se V.Exa. puder repetir o seu comentário...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então, tem uma decisão do STF de vedação de lei municipal que desenquadre sociedades uniprofissionais, e eu gostaria de saber como trabalhar essa questão para se fazer justiça fiscal. Então, se existe algum debate na Administração, na PGM, na Secretaria da Fazenda sobre essas questões.

A Sra. Welleyene também pede que se comente a colocação sobre a melhor transparência das isenções e incentivos tributários. Então, isso eu também queria deixar reforçado para o Vicente e para o Dr. Vinícius para que possam responder.

Para o Vicente, eu gostaria de algumas informações. Eu acompanhei a sua apresentação, mas, na primeira apresentação, a primeira audiência do Secretário Philippe, ele foi bem mais detalhado e mostrou a possibilidade de perda de arrecadação de 9,5 bilhões, e não é só arrecadação das receitas correntes, mas também das outras possibilidades de arrecadação. Vocês aqui falam num *deficit* de seis a sete bilhões, mas nesse *deficit* já está

considerado o repasse vindo do Governo Federal, de 1,3 bilhões, e já estão considerados os outros repasses, como o da Saúde, que foram 700 milhões, e do *superavit*, que foi de 2,5 bilhões? Eu queria entender a situação do momento hoje do Município.

Do ponto de vista das despesas, houve aqui uma audiência com o Presidente da SPTrans sobre, no mínimo, a necessidade de 1,2 bilhão a mais no subsídio, e eu queria saber com que cenário a Secretaria da Fazenda trabalha.

É isso. Da questão da regionalização, eu falo sempre, mas isso anda pouco. O que me parece é que é estratégico que, para nós podermos dar transparência e poder incidirmos de outra maneira no Orçamento, nós consigamos regionalizá-lo o máximo possível, e isso não me parece tão difícil com o que há de recursos tecnológicos hoje em dia. No entanto, infelizmente, é sempre um princípio que, quando chega à peça orçamentária, não se realiza. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre isso também.

Então, eu passo a palavra para o Dr. Vinicius e, sem seguida, para o Vicente encerrar a nossa audiência.

O SR. VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS – Em relação a esse caso do STJ sobre o valor venal do ITBI, ele está pendente de análise. É um agravo de instrumento em recurso especial que deve ser definido no segundo semestre. Eles estão com os julgamentos suspensos; eles mantiveram o calendário normal, com as férias... Enfim, é um recesso do mês de julho, mas vão retomar agora em agosto. Obviamente, como se faz em todos esses casos de Brasília, vão ser feitas as diligências de despacho de memoriais junto aos Ministros que vão julgar o caso.

No caso do STF, da questão de desenquadramento, me veio a informação do Departamento Fiscal de que, na verdade, são vários casos de desenquadramento de sociedades uniprofissionais. Esse do STF é sobre o desenquadramento de sociedade uniprofissional de advogado, questão de lei local. Enfim, também estão em recesso no mês de julho e retomam em agosto e, nesses casos, geralmente o que nós fazemos é, obviamente, apresentar todos os recursos nos casos de perda e fazer as diligências de despachar com os

Ministros, apresentando os memoriais e toda a nossa atuação necessária nesses casos.

Em relação à parte jurídica, é o que nós temos a dizer.

Em relação à questão das isenções, da Sra. Ueliene, eu acho que é mais uma questão da Secretaria da Fazenda talvez; não vejo o que a Procuradoria poderia fazer em termos de demonstrar questões de isenção. Nós fazemos atuação mais processual, de alguém que discute esse tipo de coisa. Não sei o que nós poderíamos aprimorar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dr. Vinícius.

Com a palavra o Vicente, pela Secretaria da Fazenda.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Boa tarde. Vou começar os esclarecimentos e respostas em relação aos apontamentos. Pegando um pouco o fio da meada do que foi apresentado pela Vereadora Soninha e pelo Vereador Ricardo Nunes em relação ao escopo e ao propósito da LDO, eu vou focar os comentários em relação aos assuntos que têm algum tipo de relação ou com a LDO em estrito ou que, por conta da margem orçamentária que é dada ao assunto, pode também ter alguma necessidade de esclarecimento. Ainda que não caiba na LDO, faz sentido nós já fazermos um apontamento agora.

Em relação ao apontamento inicial do Vereador Ricardo Nunes quanto à dificuldade de interpretação, da transparência nos gastos com os convênios, inclusive, com relação ao comentário que ele fez quanto ao acompanhamento *pari passu* que a CFO e CTEO têm feito em relação à execução e ao acompanhamento do Orçamento, isso, sem dúvida, é vista de forma positiva pelo Executivo. Eu acho que, por mais benéfica que seja a separação dos Poderes para que cada um faça o seu trabalho e garanta que haja um equilíbrio, nós também temos que ter a noção de que é um serviço público como um todo e, quanto mais bem estiver alinhado e as atividades acompanhadas entre o Executivo e o Legislativo, melhores serão as informações e os resultados que nós conseguimos apresentar para a população paulistana.

Então, em relação a essa ideia de inserir na peça orçamentária um quadro comparativo *per capita* é benéfica, e nós precisaríamos aprofundar de que forma que isso seria

feito, como esse dado seria apresentado; a equipe da Secretaria da Fazenda fica à disposição para fazer essa conversa, para entender qual seria o melhor momento de inserir essa previsão, se seria na própria LDO ou se seria uma previsão para LOA, se seria ainda uma lei terceira que regulamente esse procedimento específico. Então, quanto a isso, não há nenhuma resistência ou nenhuma oposição da nossa parte.

Em relação ao apontamento do Vereador Police Neto sobre a capacidade subjetiva clara e transparente na execução orçamentária, isso é algo que nós tentamos melhorar a cada gestão, a cada momento em que nós temos alguma possibilidade ou alguma ânsia que seja apresentado de melhor acompanhamento ou de melhor explicação dos dados. Neste ano, nós lançamos o Orçamento Cidadão, que é uma cartilha que busca trazer, de uma forma um pouco mais palatável e amigável, os termos do Orçamento, como ele funciona e de forma é integrada à questão do planejamento orçamentário desde um instrumento maior, que é o Plano Plurianual, a interação disso com a LDO e com LOA. Ele está disponível na página do Orçamento da Prefeitura, e depois eu disponibilizarei o *link* à Comissão de Finanças e Orçamento.

Essa é uma das formas – ainda que não seja possível, dadas as formalidades e algumas exigências legais, em que nós, às vezes, precisamos ser um pouco mais técnicos e mais áridos na composição do texto da lei – e isso não impede, de forma alguma, que se façam materiais auxiliares e materiais que, de repente, apresentem uma visão diferente ou uma visão mais apropriada para o público em geral das questões do Orçamento.

Então, nós temos tentado trabalhar nas duas frentes: entender e explicar melhor o que é o Orçamento e como ele está estruturado e também possibilitar um melhor acompanhamento dessa execução.

Especificamente em relação à questão das despesas e dos gastos, com o enfrentamento à pandemia, foi editado também pela Subsecretaria do Tesouro Municipal da Secretaria da Fazenda, uma portaria que determina a identificação nas notas de empenho e nas notas de liquidação de recursos que estejam sendo pagos para algum tipo de

enfrentamento à pandemia; esses valores são atualizados diariamente, tão logo alguma unidade orçamentária faça alguma nota de empenho ou alguma nota de liquidação e pagamento destinado a algum aspecto de enfrentamento à pandemia. Estamos falando não apenas em despesas com saúde e despesas com Assistência Social, mas também despesas como, por exemplo, disponibilização de recursos de tecnologia para poder garantir o atendimento de alguma aula ou necessidade educacional por meio da internet ou mesmo de cartilhas que possibilitem a disseminação de conteúdo que antes seria presencial de uma forma digital. Temos buscado fazer isso.

Em relação à regionalização, com tema que foi bastante abordado, é um desafio constante ainda que tenhamos ferramenta e ainda que sejam alvo de tentativas constantes e contínuas para uma melhor identificação de onde o recurso está sendo gasto, a gente de fato tem uma dificuldade que é mais do ponto de vista de execução do que de existir a tecnologia. A gente já trabalha no sistema de orçamento e finanças no estoque da Prefeitura com o DA, que é detalhamento da ação, que é um código que vincula e identifica a regionalização da despesa. A gente já tem esse dado de quando é feita a proposta orçamentária. Isso é passado para que as unidades preencham, na medida do possível e dentro das despesas que são regionalizáveis, o quê da proposta está locado aonde.

O problema que a gente tem é que, às vezes, não tem uma definição clara de onde esses recursos estão indo, especialmente no momento da elaboração da proposta. Então, visando contornar essa dificuldade e também dá uma opção para quem a gente trabalhe a regionalização das duas frentes, a gente tem essa perspectiva de inclusão na elaboração da proposta, mas depois, durante a execução orçamentária, na hora que a unidade vai fazer um empenho, ele tem também a possibilidade de indicar esse DA. Esse DA está passando por uma revisão, esse é objeto de uma discussão dentro do Plano de Governo Aberto, com os objetivos, está relacionado a regionalização. Então, estão sendo feitas uma série de discussões e conversas entre a sociedade civil dentro do Plano de Governo Aberto com integrantes da Secretaria de Governo Municipal e integrantes da Secretaria da Fazenda.

Então, é um tema que a gente sabe que ele não está ainda fornecendo as informações da forma mais clara e mais detalhada que poderia fornecer. A gente tem consciência disso e temos buscado empreender esforços para melhorar e garantir uma melhor regionalização para que a informação esteja não só melhor apresentada como mais acessível para quando for necessário fazer qualquer tipo de apontamento nesse sentido.

Em relação a contribuição da Mayara Torres quanto ao ofício enviado à Comissão de Finanças e Orçamento com a proposta de emenda ao projeto da LDO, a proposta de emenda feita entre o conselho para a CFO, isso seguem tramite próprio.

Em relação a priorização do CEU Cidade Ademar, que foi uma proposta apresentada e depois reiterada na fala de outros dois cidadãos, verifiquei agora pouco na plataforma Participe Mais onde estão sendo realizadas as votações para as propostas priorizadas pelo Conselho Participativo, a construção do CEU Cidade Ademar é a mais votada no momento. Ela conta com 140 votos. A segunda proposta tem 100 votos.

Só para ter uma dimensão de como a Frente, em uma escala de priorização, como foi explicado antes e também como foi apontado antes em alguns momentos a questão da transparência do planejamento orçamentário participativo, é importante destacar que a gente sempre teve as agências públicas para o processo de elaboração do orçamento e havia um momento para colher contribuições dos munícipes ao término da explicação e depois um formulário online para que os munícipes se manifestassem. Essas manifestações todas eram sistematizadas pela Secretaria da Fazenda e encaminhadas às secretarias e subprefeituras que seriam responsáveis por atender aqueles objetos, aquelas demandas. Esse procedimento continua existindo. As 3.500 contribuições que foram feitas dentre as duas semanas em que o *site* do Participe esteve aberto serão encaminhadas após a sistematização da Secretaria da Fazenda para as unidades e a gente está incluindo um procedimento que foi feito a priorização pelos Conselhos Participativos e agora está para votação dos munícipes.

É importante destacar que esse é procedimento adicional, ele não tinha nenhum tipo de obrigação ou vinculação legal. Foi uma iniciativa que a Secretaria da Fazenda e o

Poder Executivo empreendeu com base em experiências de orçamento participativo de outras cidades. Então, como uma forma de a gente tentar aumentar participação social e também qualificá-la.

Para o ano que vem é provável que isso além de mantido tenha seu escopo ampliado. Temos a intenção de fazer uma participação mais efetiva durante as audiências públicas também, no contexto em que teria menos tempo de fala do Executivo e mais tempo para interação e discussão das propostas que serão apresentadas de forma que aumente ainda mais a participação e a expressividade desse momento na elaboração do orçamento anual.

Em relação a manifestação do rapper Pirata quanto a maior interação com a sociedade civil e o funcionamento da implantação da Lei Aldir Blanc, esse é um tema que vai poder ser melhor apresentado pela Secretaria de Cultura. A Secretaria de Cultura que é responsável pela estruturação e acompanhamento disso. A gente já recebeu uma demanda para auxiliar na estruturação de como que vai ser feito a estrutura financeira e ornamentaria disso quão logo o assunto avance nas frentes pertinentes, o assunto volta à Secretaria da Fazenda para que seja feita a questão de operacionalização dessa liberação de recursos.

O cidadão Valdir falou a respeito dessa questão do CEU da Cidade Ademar também com relação ao anexo de metas e prioridades já regionalizado. Essa é uma proposta interessante. A gente não conseguiria inserir isso neste momento por conta do processo de elaboração do anexo de metas e prioridades ser um processo extenso, mas é uma sugestão que fica aqui registrada e que, de fato, pode ser avaliada para inclusão no próximo projeto de lei.

O cidadão Paulo Roberto endossou também as palavras da Maira e do Valdir em relação a importância do CEU Cidade Ademar. Como já falei, é atualmente a proposta que está melhor votada dentro das diversas propostas que foram apresentadas na Subprefeitura de Cidade Ademar.

O cidadão Clóvis Ferreira falou a respeito de ser uma prioridade clara para todos os conselheiros participativos a implantação do CEU Cidade Ademar. Eu acho que está claro, está evidente a importância.

Estive presente na audiência pública para o processo de elaboração da LOA de 2020, no ano passado, em Cidade Ademar, que foi a audiência pública que teve maior quantidade de participantes. A questão do CEU foi reiteradamente apresentada. Então, temos ciência dessa prioridade, mas é claro que a gente tem também uma responsabilidade de garantir que a alocação e distribuição de recursos seja feita dentro de um planejamento, dentro de uma estrutura coerente para a consecução dos objetivos públicos.

Foram mencionados mais uma vez que o recurso para o CEU Cidade Ademar foi remanejado logo no início da Administração. Isso é verdade. Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, quando a proposta passou pela Câmara, essa foi uma dotação que foi acrescida e criada nesse valor de 30 milhões. Ocorre que esses remanejamentos foram realizados com recursos oriundos de uma dotação de recomposição do Fundo de Depósitos Judiciais, essa é uma inovação que a gente colocou na LDO deste ano para evitar esse tipo de movimentação. Esse foi um dos riscos fiscais que apresentei inclusive, que é um risco referente não relacionado ao cenário base, mas que ele pode afetar por conta da perspectiva de levantamento desses Depósitos Judiciais. Então, a Prefeitura pode fazer o uso desses recursos dentro da previsão da lei complementar, porém quando o Município perde uma causa, esse valor é levantado e a Prefeitura tem de recompor esse valor no Fundo. Então, teria uma natureza semelhante à de uma dívida. Essa dotação foi suprimida em quase mais de meio bilhão de reais e uma das origens, um dos destinos que foi dado foi a criação do CEU Cidade Ademar. A gente tem uma dotação específica para construção de CEUs como um todo e é dentro desse planejamento centralizado que a gente precisa prever e especialmente nesse contexto em que a gente está agora de priorização das propostas, é também dentro desse contexto que as secretarias e subprefeitura envolvida na construção de um projeto e entrega

do CEU Cidade Ademar vai precisar fazer uma análise de viabilidade técnica, jurídica e orçamentária de realização desta iniciativa.

O cidadão Rui Primo falou a respeito das propostas apresentadas para votação seriam insuficientes e aquém da realidade. Entendo que em um cenário ideal a gente conseguiria fazer um volume maior de análises de viabilidade dessas contribuições que foram realizadas, como destaquei inicialmente, esse é um processo de inovação na condução do processo de orçamento participativo no Município, então, a gente tinha de começar por algum lugar. A gente precisa inclusive avaliar e verificar de que forma que as análises técnicas serão conduzidas pela Secretarias e Subprefeituras que vão ser responsáveis por fazer essa análise. Então, a intenção foi tratar de uma forma piloto, com um conjunto menor de prioridades neste momento para que a gente possa fazer uma análise adequada que permita, aí sim, a inclusão dessas demandas no orçamento e o acompanhamento disso.

O Iene falou em relação a maior transparência nas informações apresentadas, inclusive o Presidente mencionou e ressaltou a importância de fazer essa menção, então essa é uma questão que precisa ser avaliada com cuidado. Nos aspectos fiscais a gente transita em uma linha tênue entre o que é acessibilidade da informação e a proteção dos dados e o sigilo fiscal relacionado. Então, eu entendo que a demanda é legítima, só precisa ser verificada se a execução disso tem algum entrave em relação ao sigilo fiscal e outras informações específicas a legislação tributária. Está registrado o comentário e será avaliado pela Subsecretaria da Receita do Município.

A cidadã Maria Angélica deu destaque para que se respeite as propostas apresentadas e votadas pelos cidadãos nesse novo processo do PLO, projeto de lei orçamentária anual. Não poderíamos estar mais de acordo com esse respeito, com objetivo em se manter e priorizar as demandas que são apresentadas. A gente precisa, claro, ter uma perspectiva de que não necessariamente porque uma proposta é considerada prioritária foi votada e foi priorizada, ela tenha uma viabilidade técnica, jurídica e orçamentária para ser realizada. É claro que ao passar por um processo de seleção e de priorização ela tomaria uma

precedência, ela tem uma olhada especial, uma atenção dedicada a isso, mas isso não quer dizer que necessariamente todos os propósitos priorizados vão poder ser contempladas na lei orçamentária para o ano que vem.

Uma observação importante e que também acaba coadunando com a questão que foi levantada pelo TCM quanto a abertura de dotações orçamentárias específicas porque é enfrentamento a pandemia, é que nós temos já uma quantidade expressiva de dotações orçamentárias, a gente tem também dentro da Lei um limite para remanejamento dos recursos. Então, a gente não pode ficar remanejando os recursos com absoluta discricionariedade. Então, temos dotações específicas só que dentro dessas dotações específicas, posso ter uma série de objetos. É um pouco do que a Soninha falou e que também faz todo sentido a gente apontar.

Não é porque tem um objetivo ou uma intenção específica de construir CEU Cidade Ademar que isso vai se desdobrar em uma dotação específica na lei orçamentária anual referente a construção do CEU Cidade Ademar ou a construção do CEU Grajaú. Isso pode estar dentro de uma dotação que contemple a construção de CEUs, assim como no enfrentamento à pandemia do coronavírus, a gente já tem dotações na saúde referente a aquisição de medicamentos, referente a aquisição de equipamentos, suprimentos médico-hospitalares, obras e construção e requalificação e melhoria de hospitais. Então, a gente já tendo todas essas dotações seria um trabalho que acabaria duplicando e dificultando o acompanhamento e o controle e a gente ficar criando estruturas em duplicidade.

Então, por conta disso, que o foco está na execução das despesas, essas sim identificadas pela nota de empenho e pela nota de liquidação com a marcação de que isso é dedicado ao enfrentamento da pandemia. Esse é um pouco do dilema que a gente tem também quando eu falei da regionalização, a questão de que a gente nem sempre consegue precisar na elaboração, mas a gente busca fazer identificação disso no momento da execução.

O cidadão Adilson Araújo reiterou a questão das OSs mencionada pelo Ricardo Nunes. Como comentei, é uma ideia que a gente pode amadurecer e desenvolver para

apresentar ou na LOA ou na próxima LDO ou em um instrumento entre esses dois. Não tem nada que impeça a gente de fazer essas previsões no momento posterior.

O cidadão Osni fez uma menção sobre o novo formato de contribuição para as audiências. Isso é interessante, embora não possível a modificação das propostas. A não possibilidade de modificação das propostas teve esse condão de manter a integridade e a intenção do que o cidadão, quando acessou a plataforma e fez a contribuição, quis dizer. E porque entendemos que não teria condições, que não faria sentido, do ponto de vista da representatividade, que pegássemos essas 3.500 contribuições e a própria Secretaria da Fazenda dissesse: “Ah, a prioridade são essas 15. Eu vou disponibilizar para que os munícipes votem”. Então, a opção que encontramos a isso, neste cenário de pandemia e de distanciamento social, foi fazer essa articulação com os conselhos participativos por terem uma apropriação melhor da realidade local para que fizessem essa análise. Essa análise feita, ela passa para votação. Então, por conta disso é que não foi aberta a possibilidade de modificação das propostas.

Em relação ao apontamento do cidadão Joelmir, a questão de não ser visto nada referente ao fundo para a pandemia na LDO, esta previsão também não está contida por conta da característica multifacetada do combate à pandemia. Temos efeitos diretos e efeitos indiretos, efeitos que vão ser observados agora e efeitos que nem mesmo nós temos capacidade de prever ou de antecipar. Então, dentro disso, temos buscado fazer um acompanhamento com as Secretarias que estão na linha de frente para identificar, da melhor forma possível, as demandas e atender, o mais breve possível, buscando manter a saúde fiscal do Município. Por conta disso, não está com essa previsão.

Com relação às demandas da Cultura como um todo. Como já foi explicado, a LDO está tratando mais do ponto de vista de técnica e de meios e a parte de finalidade, aplicação e destinação desses recursos. Eu acho que ela será melhor pontuada quando fizermos a discussão do Orçamento para 2021.

Em relação, agora, aos apontamentos finais dos Vereadores. Então, Vereador

Ricardo Nunes, com relação à preocupação quanto ao resultado primário, as metas e os riscos fiscais, é importante essa preocupação. É importante termos em mente que, por mais difícil que seja, a situação presente e os impactos diretos e imediatos da pandemia, teremos também impactos no futuro recente, e, aí, o exercício de 2021. Então, essa importância está contemplada e sendo levada em conta na atuação do Poder Executivo, a questão de ver como positivo o acompanhamento *pari passu* do Legislativo – com certeza, eu já mencionei. E a intenção é que se tenha mesmo esse acompanhamento, essa troca, para que possa ser prestado o melhor serviço possível para a população paulistana.

Quanto ao apontamento da Vereadora Soninha, em relação à LDO ser mais teórica e tratar mais os meios e não os fins, estamos integralmente de acordo. A questão de o Orçamento já ter uma rigidez de despesas e de questões que estão fora de uma discricionariedade do Gestor, sobre como vai aplicar esse recurso, faz todo sentido fazer essa observação.

A importância de encaminhamento dos projetos, investimento em saneamento para possibilitar os projetos de Habitação, é algo que faz todo o sentido. E nisso eu já entro na pergunta, que foi apresentada aqui, sobre a previsão de retorno de recursos desvinculados dos fundos. Não temos uma previsão desse retorno ainda, por conta justamente dessa natureza de impactos diretos e imediatos da pandemia, mas também não sabemos o que pode vir pela frente, de que forma precisaremos complementar ou agir de uma forma mais dinâmica. Então, é fato que o uso dos recursos, enquanto desvinculados, ele é mais tempestivo e permite ao Executivo reagir com maior agilidade, maior tempestividade às demandas que se apresentam. Então, por conta disso, não temos uma previsão de retorno e também não temos, de uma forma específica, a previsão de utilização, até por conta de não sabermos o que esse futuro próximo nos traz.

Com relação à avaliação do impacto da Reforma Tributária para 2021, este foi um assunto que acabou nos pegando no contragolpe. Vou levar essa questão à Subsecretaria da Receita Municipal. Estamos aqui com representantes da Subsecretaria de Planejamento e

Orçamento e do Tesouro, que são os assuntos que costumam ser mais abordados aqui na LDO. Mas eu levo a pergunta e depois nós faremos o encaminhamento à CFO também desses estudos que estiverem em curso.

Em relação à manifestação do Vereador Rodrigo Goulart quanto à ênfase no CEU Cidade Ademar e quanto à importância dessas outras iniciativas que já têm um histórico longo de necessidade de demanda, como também mencionada a questão do Água Podre, reitero a questão que a gente veio falando até o momento, da importância de não só priorizar, mas também verificar de que forma traduzimos essa prioridade em um foco de execução. Foi bem falada a questão de que embora o Orçamento seja autorizativo, isso não necessariamente também quer dizer que você possa abordar de uma forma: o recurso está lá, vamos buscar. Porque, muitas vezes, o que está impedido não é a liberação de um recurso em si, não é um aspecto orçamentário ou financeiro, mas, sim, um aspecto mais técnico ou formal de ..., ou mesmo um requisito, como no caso de um projeto de habitação que dependa de um saneamento prévio, como também de questões de cunho mais regulatório como, por exemplo, um estudo ou um alvará ou uma permissão que pode acabar travando.

Então, é importante termos essa visão para os dois lados, quanto de que forma podemos garantir que as intenções das propostas do Orçamento se traduzam em execução e resultado para os munícipes.

Em relação aos apontamentos do Vereador Antonio Donato, a questão do reforço na questão apresentada pela cidadã Eliene, da transparência das isenções, é aquele cotejo entre a informação que podemos apresentar, do ponto de vista de acessibilidade ao dado, e a questão do sigilo fiscal. Isso também vai ser encaminhado à Subsecretaria da Receita para a avaliação para termos um panorama, para, depois, fazermos o esclarecimento à Comissão.

Quanto às perspectivas de queda na arrecadação no momento, no Município, em relação às despesas como um todo, salvo engano, isso foi apresentado pelo Secretário, na verdade, na audiência do RGF, dos resultados fiscais, que foi uma semana ou duas antes da primeira audiência da LDO. Isso, inclusive, gerou aqui, na preparação do material, uma

duplicidade do que apresentaríamos, porque imaginamos que seria feito junto. Então, que a audiência do RGF seria feita em conjunto com a da LDO. No final, acabou sendo feita separada, mas o assunto, acho, que foi abordado na audiência de RGF.

De qualquer forma, as perspectivas de queda na arrecadação, temos observado uma manutenção, uma relativa manutenção da queda na arrecadação, que estava sendo prevista. O cenário com que trabalhávamos, ali, em março e abril, em relação ao retorno das atividades, eu não sei se isso foi apresentado antes, porque não acompanhei essa audiência anterior à audiência da LDO. A primeira audiência, sim. Ali, eu não sei se foi explicado. Mas o cenário que trabalhamos é um cenário que se baseia em qual momento as atividades seriam retomadas. Então, uma perspectiva otimista, significava dizer que isso retomaria em breve; uma perspectiva realista, de que isso retomaria no meio do caminho; e uma perspectiva pessimista, de que isso seria retomado, por exemplo, em agosto. As perspectivas que usamos na elaboração da LDO foram perspectivas que estavam ali entre um cenário realista para pessimista, justamente por não termos, naquele momento, uma perspectiva e uma visão clara do que iria significar esta pandemia, o distanciamento social e quanto tempo que duraria a situação de quarentena no Município. Acabou que essa perspectiva que utilizamos acabou registrando um paralelismo com o que estamos observando. Então, previsão de retorno, por exemplo, às aulas em setembro; essa reabertura em fases, que temos observado, nos diversos estabelecimentos comerciais. Então, a queda na arrecadação ela vai ocorrer, mas eu não consigo precisar o número, mas esse número está próximo aos números com os quais vínhamos trabalhando no começo. Adotamos uma perspectiva de realista para pessimista. Não estamos chegando no pessimista e, ao mesmo tempo, já temos registros de melhora na arrecadação de alguns setores e de alguns serviços específicos, do ponto de vista do comércio eletrônico e serviços de informática, que estão possibilitando manter, mais ou menos, a curva que estávamos prevendo de queda na arrecadação. Não estavam previstos no quadro que fizemos inicialmente os auxílios que viriam da União. Então, esses auxílios entram como novas fontes para arcar com as despesas da pandemia. Então, tanto a transferência do 1,3 bilhão

quanto as demais transferências específicas da Saúde, esse valor está em torno de 2,2 bilhões que foram recebidos entre essa transferência específica de 1,3 bilhão e as diversas transferências que foram recebidas. E temos, pelo menos da informação que foi encaminhada nesta semana, em relação à projeção da compensação tarifária, ela não chega a 1,2 bilhão. A previsão que estamos trabalhando agora seria de uma necessidade de recursos adicionais da ordem de 850 milhões. Então, isso levaria de uma previsão inicial de 2 bilhões 250, passaríamos para algo pouco abaixo de 3,1 bilhões. Então, algo, aí, na casa dos 850 milhões. Essa informação foi apresentada pela Assessoria Econômica da Secretaria da Fazenda por meio de um processo a ser encaminhado à Câmara nesta semana. Eu vou buscar, também, o número desse processo e encaminhado para a Comissão. Mas, basicamente, o que dissemos com relação à perspectiva de não revisão das metas, que já foram revistas quando mandamos o projeto de lei da LDO, é por conta desse equilíbrio entre os fatores novos que aconteceram. Então, embora tivéssemos uma perspectiva de queda da arrecadação, ela não está com uma queda tão acentuada quanto imaginamos. Temos os ingressos de receitas em relação às transferências da União e, aí, esse ingresso de receitas da União cotejado com os gastos, que teremos, adicionais da pandemia e com a compensação tarifária, eles praticamente se igualam. Então, por conta disso, por conta de não afetar o resultado primário e também por conta do extenso trabalho que seria necessário para a nova revisão desses parâmetros, no meio do processo em que já nos encontramos, de elaboração da Lei Orçamentária para 2021, entendemos que faria sentido não fazermos essa revisão agora e as eventuais alterações e ajustes que forem necessários, incorporaremos como parâmetros para a receita e despesa na elaboração do Orçamento para 2021. Esse Orçamento, inclusive, que já está nas Secretarias e nas Subprefeituras da Administração direta para avaliação e planejamento dos gastos. Isso deve ser encerrado pelos próximos dias para que possamos, aí sim, mensurar e avaliar de que forma que as unidades que estão ali, na linha de frente, que estão fazendo o atendimento, que têm o entendimento local das demandas e das necessidades, como estão verificando isso para 2021. Então, a ideia é basicamente mantermos, considerando que o resultado primário, dadas

essas variações entre componentes, ter se mantido, mantermos isso para o projeto de lei da LDO e focarmos em uma questão de conseguirmos fazer um entendimento melhor na elaboração do Orçamento como um todo. Mas, nesse sentido, do que estava incluído, como isso afetou ou não nesse resultado.

Era isso o que tinha para falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vicente.

Eu queria agradecer ao Vicente; ao Dr. Vinícius; ao Thulyo, do Tribunal de Contas. Reiterar, aqui, o pedido do Vereador Ricardo Nunes ao TCM, sobre a alteração das metas de resultado primário e nominal.

Enfim, ouvidos todos os inscritos e com as respostas dos representantes do Executivo, eu encerro a presente audiência pública, convidando os membros da Comissão de Finanças a ingressarem na outra sala para que possamos concluir a nossa reunião da Comissão de Finanças, que é bastante breve, porque a pauta é pequena.

Muito obrigado. Boa tarde a todos e a todas e continuamos trabalhando aí para construir a melhor LDO possível. Eu tenho certeza de que o Relator, Vereador Ricardo Nunes, conseguirá esse intento.

Muito obrigado a todos...

A SRA. SONINHA FRANCINE – Presidente, Presidente, um segundo antes de terminar. Tem alguém questionando, e foi mencionado na fala do representante do Tribunal de Contas, sobre o não cumprimento do prazo legal da aprovação da LDO. E, sim, nós, na Comissão, deliberamos, com parecer favorável da Procuradoria, que, nessas condições excepcionais, a LDO poderia ter a votação um pouco posterior da que normalmente aconteceria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – É. Estamos escorados em um parecer da Procuradoria da Casa, na medida em que o prazo de 30 de junho tem uma segunda condição de que, caso não se vote até o dia 30 de junho, não exista o recesso parlamentar. E como a Casa já tinha decidido não ter o recesso, nós estamos considerando que estamos dentro do

prazo.

Mas, enfim, obrigado, Vereadora Soninha por me lembrar disso.

Agradeço a todos e a todas.

Boa tarde e muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
